

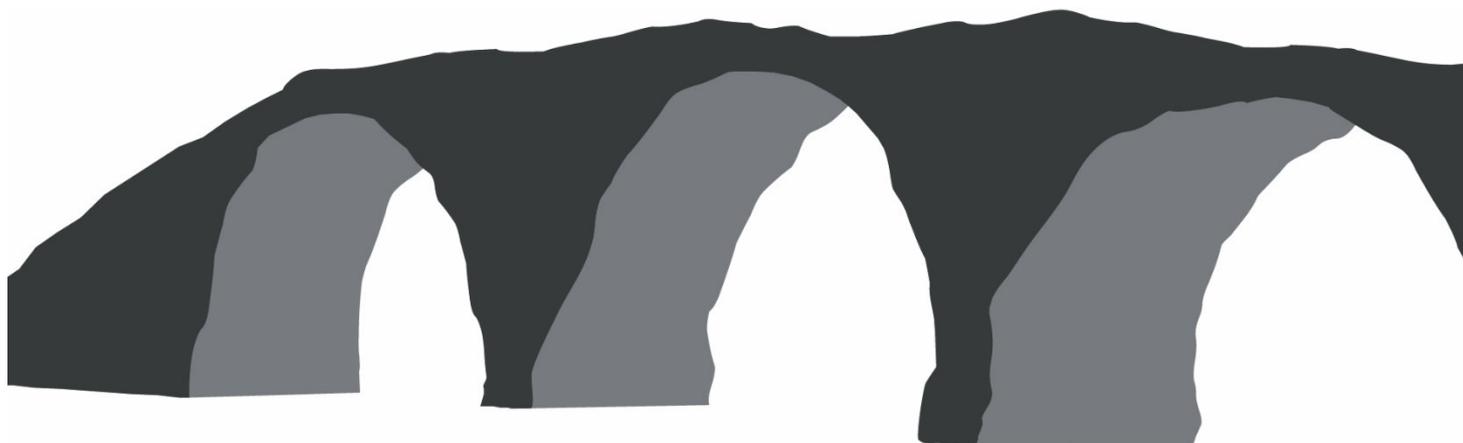
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 17 | Número 2 | Julho – Dezembro 2023
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

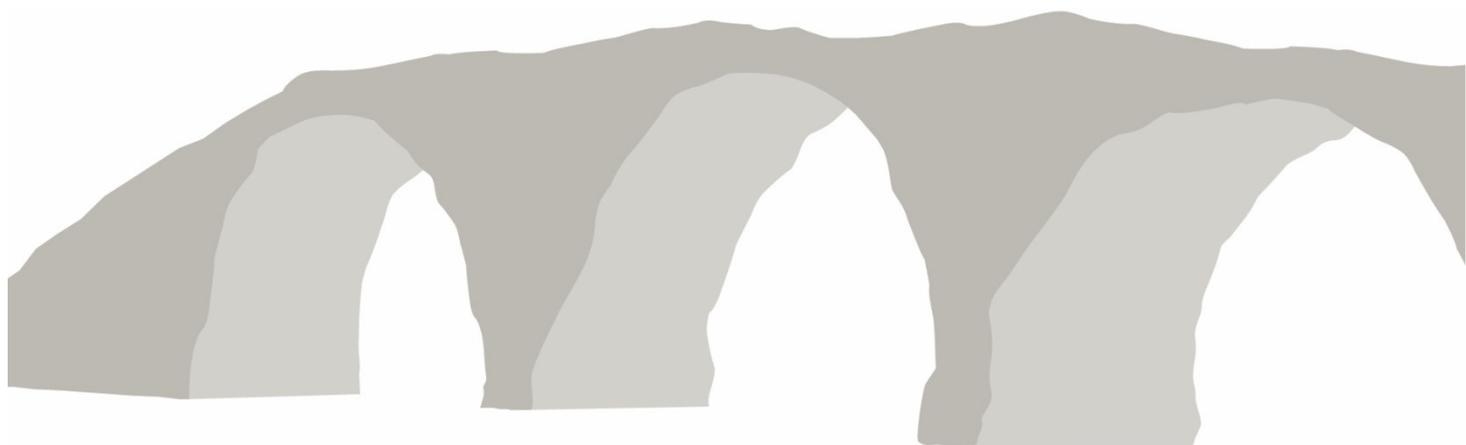
**POR CIDADES QUEER, POR CARTOGRAFIAS SAPATONAS: ENSAIO
ARQUEOLÓGICO SOBRE O STONEWALL INN E O FERRO'S BAR COMO
LUGARES DE MEMÓRIA LGBTQIA+**

**POR CIUDADES QUEER, POR CARTOGRAFÍAS LESBIANAS: ENSAYO
ARQUEOLÓGICO SOBRE EL STONEWALL INN Y EL FERRO'S BAR COMO
LUGARES DE MEMORIA LGBTQIA+**

**FOR QUEER CITIES, FOR DYKE CARTOGRAPHIES: ARCHEOLOGICAL ESSAY
ABOUT THE STONEWALL INN AND THE FERRO'S BAR AS PLACES OF
LGBTQIA+ MEMORY**

Flora Villas Carvalho





Submetido em 15/09/2021.

Revisado em: 25/09/2022.

Aceito em: 20/12/2022.

Publicado em 23/01/2023.

PROSPECTANDO A CIÊNCIA, SONDANDO ARQUEOPOÉTICAS: A LINGUAGEM COMO CAMPO DE DISPUTA POLÍTICA EM ARQUEOLOGIA

PROSPECCIONANDO LA CIENCIA, SONDEANDO LA ARQUEOPOÉTICA: EL LENGUAJE COMO CAMPO DE LUCHA POLÍTICA EN LA ARQUEOLOGÍA

PROSPECTING SCIENCE, PROBING ARCHEOPOETICS: LANGUAGE AS A FIELD OF POLITICAL STRUGGLE IN ARCHEOLOGY

Flora Villas Carvalho¹

RESUMO

Neste trabalho me proponho a contar e discutir a história de dois lugares de memória do movimento LGBTQIA+: o Stonewall Inn, em NY, e o Ferro's Bar, em São Paulo. Apresento, portanto, alguns de seus personagens – pessoas, coisas, lugares e paisagens – e relações sociais e materiais que protagonizam esses locais-eventos, para então apontar alguns caminhos de pesquisas e fazeres arqueológicos possíveis na construção de narrativas e memórias materiais de partes importantes da história do movimento LGBTQIA+, lésbico e feminista ao nível nacional e internacional. Escolhi pensar a partir destes dois lugares, pois em suas semelhanças e diferenças, ambos são significativos para pensar os processos de recuperação, construção e preservação de memórias materiais, espaços politicamente significativos e paisagens urbanas alternativas àquelas presentes na história oficial. Sendo assim, me amparo especialmente nas produções da Arqueologia Queer e da Arqueologia da Repressão e da Resistência como suportes teórico-metodológicos, mas também políticos, propondo através delas pensar: não apenas os artefatos, espaços e marcas materiais das violências de estado em seus projetos de necropolítica (Mbembe, 2003) misógina, racista e lgbtqia+fóbica; mas também as materialidades resistentes – queer, feministas, lésbicas, viadas, trans, drags, butches, afeminadas – também tão importantes nesses contextos de revoltas declaradas a estas práticas repressivas sistêmicas e institucionais.

Palavras-Chave: Lugares de memória, Arqueologia Queer, memórias materiais, cartografias resistentes.

¹ Universidade Estadual de Campinas. E-mail: floravillascf@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0707-9105>.

RESUMEN

En este trabajo propongo contar y discutir la historia de dos lugares de memoria del movimiento LGBTQIA+: el Stonewall Inn, en NY, y el Ferro's Bar, en São Paulo. Para ello, presento algunos de sus personajes – personas, cosas, lugares y paisajes- y las relaciones sociales y materiales que dan lugar a estos hechos, para luego señalar algunas vías de investigación y posibles trabajos arqueológicos en la construcción de narrativas y memorias materiales de parte importante de la historia del movimiento LGBTQIA+, lesbico y feminista a nivel nacional e internacional. Elegí pensar desde estos dos lugares-eventos, porque en sus similitudes y diferencias, ambos son significativos para pensar los procesos de recuperación, construcción y preservación de memorias materiales, espacios políticamente significativos y paisajes urbanos alternativos a los presentes en la historia oficial. Para ello, apoyo especialmente en las producciones de Arqueología Queer y Arqueología de la Represión y la Resistencia como soportes teórico-metodológicos, pero también políticos, proponiendo a través de ellas pensar: no sólo los artefactos, espacios y marcas materiales de la violencia estatal en sus proyectos de necropolítica (Mbembe, 2003) misógina, racistas y lgbtqia+fóbicas; pero también las materialidades resistentes – queer, feministas, lesbianas, trans, drags, butches, afeminadas – tan importantes en estos contextos de revueltas declaradas a estas prácticas represivas sistémicas e institucionales.

Palabras clave: Lugares de memoria LGBTQIA+, Arqueología Queer, cartografías resistentes, memorias materiales.

ABSTRACT

In this essay I propose to tell and discuss the history of two places of memory of the LGBTQIA+ movement: The Stonewall Inn, in NY, and the Ferro's Bar, in São Paulo. Therefore, I present some of its characters – people, things, places, and landscapes – and the social and material relationships that lead to these events, and then point out some avenues of research and possible archaeological works in the construction of narratives and material memories of important parts of history. of the LGBTQIA+, lesbian and feminist movement nationally and internationally. I chose to think from these two places-events because in their similarities and differences, both are significant for thinking about the processes of recovery, construction and preservation of material memories, politically significant spaces, and urban landscapes alternative to those present in official history. Therefore, I am especially supported by the productions of Queer Archeology and Archeology of Repression and Resistance as theoretical-methodological support, but also political ones, proposing to think through them: not only the artefacts, spaces and material marks of state violence in their necropolitics projects (Mbembe, 2003) misogynistic, racist and lgbtqia+phobic; but also the resistant materialities – queer, feminists, lesbians, fags, trans, drags, butches – also so important in these contexts of declared revolts to these systemic and institutional repressive practices.

Keywords: LGBTQIA+ memory places, Queer Archeology, resistant cartographies, material memories.

O INÍCIO DE UMA ARQUEO-CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS MATERIAIS

Neste ensaio pretendo contar duas histórias. A primeira sobre uma noite em 1969, situada em Nova York e marcada pelos tijolos, moedas e garrafas voando de um lado ao outro e um bar com cheiro de fogo: a primeira de muitas noites em que o que havia de mais marginal à época resolveu resistir às violências que lhes eram impostas. Já a segunda, também é sobre uma noite, mas esta é uma noite brasileira, do ano de 1983, São Paulo, onde um bonê, muitas mesas e um bolo de folhetos foram instrumentos de uma retomada lésbica de espaço e de conquista de visibilidade.

Contarei essas histórias para apresentar alguns dos personagens – pessoas, coisas, lugares e paisagens – e relações sociais e materiais que protagonizam esses eventos, para então apontar alguns caminhos de pesquisas e fazeres arqueológicos possíveis na construção de narrativas e memórias materiais da história do movimento LGBTQIA+, do movimento lésbico e do movimento feminista ao nível nacional e internacional. Sendo assim, parto de dois lugares de memória deste movimento: o Stonewall Inn, em NY, e o Ferro's Bar, em São Paulo. Escolhi pensar a partir destes dois lugares, pois em suas semelhanças e diferenças, ambos são significativos para pensar os processos de recuperação, construção e preservação de memórias materiais, espaços politicamente significativos e paisagens urbanas alternativas àquelas da história oficial.

Enquanto o bar nova-yorkino, Stonewall Inn, é abarcado por leis de proteção, patrimonialização e preservação de memória em diferentes instâncias jurídicas, sociais e políticas, por outro lado, o bar paulista Ferro's Bar não conta com nenhum tipo de política pública de salvaguarda, pesquisa, restauração ou mesmo sinalização de sua importância histórica. Ainda assim, ambos são lugares que foram importantes na formação de espaços “seguros” (ou talvez espaços possíveis) a corpos e casais não-cisheteros. Ainda assim, são também lugares que vivenciaram momentos de sistemática e estrutural violência contra grupos LGBTQIA+ e feministas e que protagonizaram momentos de revolta e resistência política e física contra esse regime heteronormativo e seus discursos, atos e objetos de poder e violência. Além disso, ambos os conflitos envolveram, de uma forma ou de outra, a polícia e as forças de segurança pública, deixando ainda mais evidente os projetos de necropolítica (Mbembe, 2003) misógina, racista e lgbtqia+fóbica que regem as forças armadas.

E as materialidades desse poder são bastante marcadas nesses dois contextos – caps, cassetetes, armas, mangueiras – boa parte daquilo que Foucault relata serem anexos integrados aos corpos militares pelo regime disciplinar e a domesticação dos corpos (Foucault, 1975). Mas as materialidades resistentes – queer, feministas, lésbicas, viadas, trans, drags, butches, afeminadas – também são importantes nesses contextos, especialmente por estes serem sítios marcados não exatamente por terem sido palco de violências, mas sim de revoltas declaradas a estas práticas sistêmicas e institucionais. É por isso que conto estas histórias. É justamente porque creio que essas materialidades – ainda tão pouco exploradas arqueologicamente – podem por sua vez nos ajudar a pensar muitas narrativas e histórias outras: sobre esses acontecimentos, sobre as dores e as lutas de corpos dissidentes e sobre, inclusive, a forma como diferentes políticas (com relação a estas pautas) criam distintas formas de cuidado e valorização desses espaços de memória.

Além disso, é também porque, de alguma forma, essas histórias são também minhas. São parte das memórias sociais, coletivas, materiais e históricas que dão base a vários capítulos da minha vida: enquanto sapatão/sapatrans, sou também constituído por essas memórias de violências continuadas e reconfiguradas, mas também de resistências e lutas que construíram os grupos identitários que hoje habito. Como defende Jocyane Baretta (2017) é urgente a concretização de pesquisas arqueológicas sobre contextos repressivos e

resistentes, sob a ótica de uma perspectiva feminista, posicionada e situada (Haraway, 1995) e é justo desta urgência que a proposta deste ensaio acontece.

1969 - O STONEWALL INN:

27 de junho de 1969. Rua Christopher Street, entre West 4th Street e a Waverly Place, no bairro de Greenwich Village, Nova York.

Era tarde da madrugada quando a polícia chegou. Vieram em poucos, como de costume, para cobrar sua taxa – aquela que recebiam toda semana para permitir os “viados” de existirem em paz por um respiro – mas, dessa vez, vinham bem mais tarde que o habitual. Eram nove, nove policiais adentrando o bar, ainda cheio de pessoas de todos os tipos, corpos, cores, roupas, adereços. Chegando lá dentro o mesmo modus operandi de sempre: passar no caixa para pegar com a galera da máfia a propina da venda de bebida ilegal, berrar umas grosserias para uns viados e travestis aqui, umas apalpadinhas e cantadas ali no grupo de lésbicas, “se eu te pegasse... se eu te pegasse você deixava de ser sapatão”. Elas reclamam, respondem, fogem, revidam. O clima entre os policiais, funcionários do bar e frequentadores vai ficando cada vez mais desconfortável. Dava pra sentir o cheiro de desconforto no ar do bar lotado, junto com o cheiro de charutos sendo fumados a cada canto. As coisas foram escalando. Berros, encostadas, apalpadinhas, empurrões, socos, chutes. Aos poucos, alguns frequentadores vão sendo expulsos, mas a multidão ao lado de fora (expulsos, convidados, transeuntes, colegas de causa) foi se multiplicando, mais e mais. Os policiais tentam prender quantos conseguem e os levam para a viatura. Treze, treze pessoas sendo arrastadas à força para os carros. Dentre elas, Stormé DeLarverie (uma lésbica butch, drag king, sapatona preta) que teve de ser arrastada mais de cinco vezes, pois seguia se soltando e fugindo, tentando se livrar da brutalidade policial e tentando dizer que sua algema estava apertada demais. De repente um estampido. O cassete dele erguido no ar, ela caída no chão, o rosto sangrando. Ela vira para a imensa multidão concentrada na frente do bar e grita: “porque vocês não fazem algo?” Aquilo parece fazer soar um alarme e a multidão, como boa turba indignada que pode vir a ser, parece acordar. De repente voam moedas nos policiais: moedas atrás de moedas. Os policiais começam a revidar com porradas de cassetetes e, como retribuição, passam a receber tijoladas, garrafadas, moedadas, tudo que era possível de se alcançar e lançar. Mais viaturas chegam para “socorrer” os policiais acoados no meio daquele mundaréu de gente. Um fogo começa e os policiais aproveitam para ligar o jato da mangueira e espirrar nas pessoas, até quase sufocarem. 4h da manhã, finalmente a rua começa a se esvaziar. Apesar de ter sido um nível de conflito mais significativo do que o usual, ninguém esperou que aquilo fosse reverberar de alguma forma. Pessoas “daquele tipo” não costumam revidar publicamente, sob o risco de serem ainda mais expostas. Mas revidaram. No dia seguinte e em mais seis dias subsequentes, multidões de pessoas de todas as letras da sigla LGBTQIA+ se reuniram no Christopher Park, próximo a Stonewall, e marcharam. Marcharam em protesto. Seis dias de conflito. Seis dias na rua. Isso foi o necessário para acender uma luta que esperava escondida (no armário?) em vários pontos do mundo. Hoje, cinquenta anos depois, seguimos nesta luta (Terra, 2013; Springate, 2016; Fernandes, 2019; Wikipedia, 2020; Sigbi, 2017)².

² Referências de textos, vídeos e matérias utilizadas para compor esse relato imaginado.

Esse é um relato imaginado da noite em que ocorreram os levantes de Stonewall Inn, um dos maiores marcos da luta política do movimento LGBTQIA+. O lugar, que desde 1966 pertencia à Máfia italiana (que viu uma oportunidade de lucrar nesse nicho do “entretenimento gay”), abrigava os mais diversos tipos de corpos, identidades e performances de gênero (Butler, 1990), orientações sexuais e relações. O bar não tinha autorização para vender bebida, o que foi a desculpa perfeita para a polícia começar a cobrar propina, o que não os impediu de semanalmente constranger, prender, agredir, assediar, abusar e coagir frequentadores do estabelecimento. Alguns meses depois de junho de 1969, o bar foi fechado. Depois disso, o espaço foi alugado para diversas empresas e foi de tudo – lanchonete de bagel, restaurante chinês, loja de sapatos, dentre muitos outros usos – e chegou até mesmo a se transformar, em 1990, em um bar gay novamente chamado Stonewall, que fechou em 2006 (Wikipedia, 2020). Por fim, em 2007 o espaço passou por uma grande reforma e reabriu no mesmo ano novamente com o nome Stonewall Inn, enquanto espaço de entretenimento LGBT e de visitação por sua importância histórica, como segue até hoje. Conto toda essa trajetória do lugar, para tentar delinear as formas de reapropriação do espaço, horas através de uma rejeição de sua relevância enquanto lugar de memória, horas através do movimento contrário, no sentido de se recuperar seus usos políticos não apenas enquanto espaço histórico, mas também de sociabilidade entre pessoas LGBTQIA+, o que não deixa de ser menos importante politicamente. Além disso, é relevante contar a história dessa materialidade espacial que constrói o Stonewall Inn, pois é justamente as diferentes formas de lidar com esta materialidade que ajudam a compor o quadro político da luta LGBTQIA+ por direitos e a consolidação política do reconhecimento legal dessa luta através da patrimonialização desse lugar.

Outro ponto relevante a ser destacado, são as múltiplas formas de violência que marcaram o espaço, as coisas e as pessoas presentes nestes seis dias de conflito, violências estas que não apenas se direcionavam para corpos dissidentes, mas também para as materialidades não-hegemônicas que ajudavam a compor as identidades dos frequentadores do Stonewall Inn. Um exemplo disso é o fato de que – como contam diversos relatos (Paiva, 2014; Garcia, 2016; Oliveira, 2017a) – o discurso que embasou as prisões daquela noite (antes mesmo do levante) era de que aquelas pessoas não estavam utilizando peças de roupas e adereços “adequadas a seu gênero”, como mandava a lei. Prisões, espancamentos, usos de cassetetes, rajadas de água, entradas forçadas nas viaturas, coerções físicas e morais (ver Figura 1): todas estas foram ferramentas utilizadas pelos policiais naquela noite, materializando relações de poder e violência contra grupos marginalizados por suas identidade e performances de gênero e sexualidade.

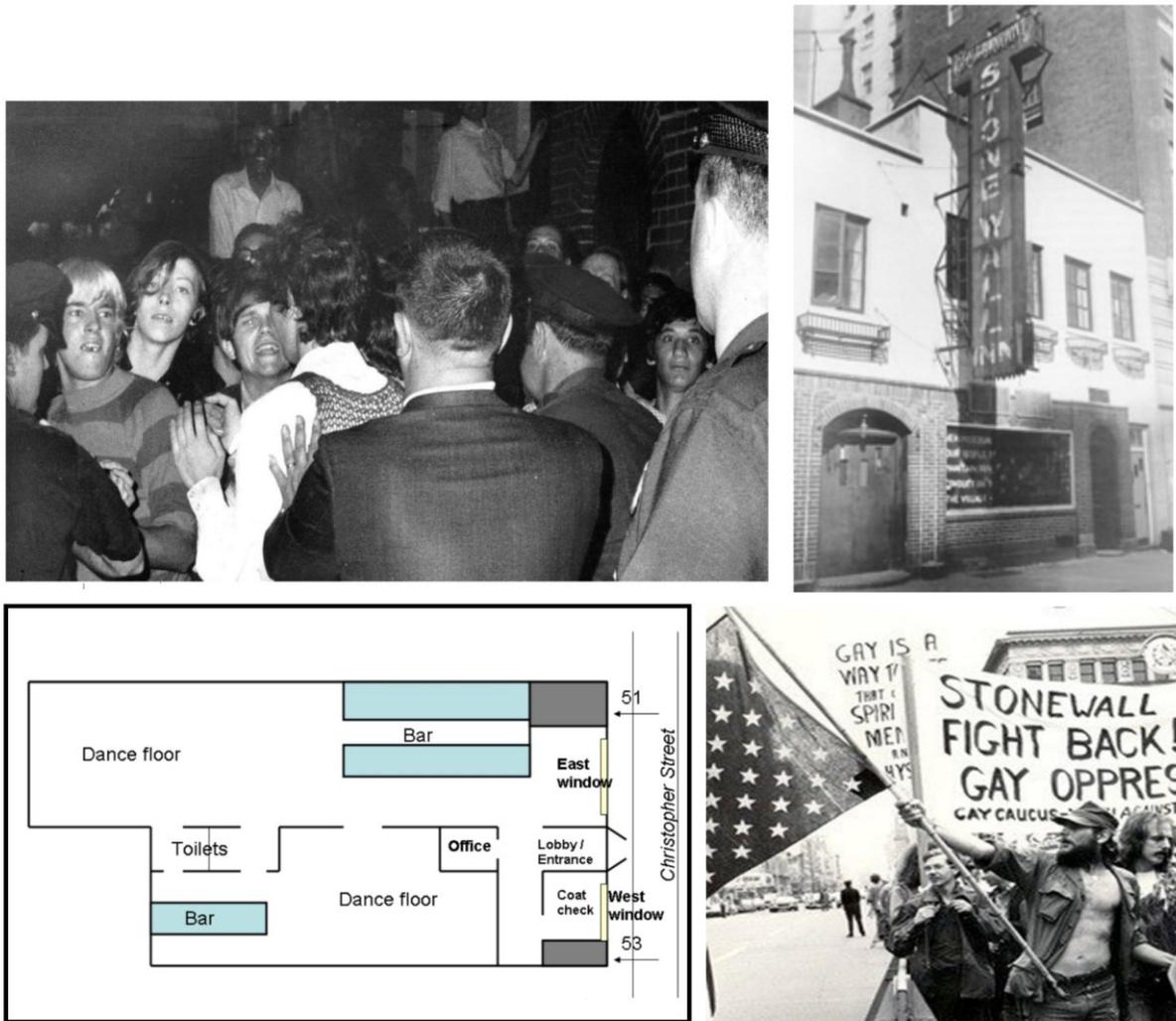


Figura 1. No canto superior esquerdo: Polícia força pessoas para fora do Stonewall, na noite do levante, 1969 (Fonte: Joseph Ambrosini / Wikimedia Commons) / No canto superior direito: Fachada do Stonewall Inn em 1969 (Fonte: Davodd / Wikimedia Commons) / No canto inferior esquerdo: Planta do interior do bar em 1969 (Fonte: Moni3 / Wikimedia Commons) / No canto inferior direito: Marcha em um dos dias subsequentes ao episódio de 28 de junho de 1969 (Fonte: Artofcayenne / Wikimedia Commons).

Estas violências, entretanto, não se limitam a este episódio de junho de 1969. Elas perpassam as vivências, experiências e relações entre grupos LGBTQIA+ em todo o seu histórico de marginalização e luta, e escapam até a atualidade, ainda que se expressando como formas reconfiguradas e reinventadas de violência, invisibilização e exclusão social. Como destaca Renan Quinalha: “Não foi a primeira vez que houve assédio e violência policial contra a população LGBT. Esse é um problema crônico. É constitutivo da identidade LGBT essa relação com a violência de Estado, a violência LGBTfóbica diluída na sociedade” (Quinalha *apud* BBC, 2019, online).

Assim, o que é até hoje celebrado no dia 28 de junho e que calcou a patrimonialização do bar como marco da história nacional estadunidense, foi o dia em que o ativismo pelos direitos LGBTQIA+ ganham o debate público e as ruas, como forma de revolta e resposta aos múltiplos processos de violência e discriminação pelo qual estes grupos são submetidos até hoje. Desta forma, é interessante notar como a noção de orgulho se expressa a partir do movimento de ocupação física do espaço público pelos corpos não-hegemônicos e as suas

expressões declaradas a partir da circulação do espaço da rua. É significativo, portanto, esse desafiar das barreiras entre público e do privado que delimitam socialmente, politicamente e materialmente até onde certos grupos podem ou não expressar suas afetividades e identidades. Neste sentido, há uma fala de uma das integrantes do levante de 1969 que expressa a importância que lugares como o Stonewall Inn tinham – a partir de suas configurações arquitetônicas e sociais – para grupos LGBTs da época: “O bar não era um paraíso. Mas era o paraíso possível para muitas pessoas”. “Era um lugar seguro para nós [...] Quando as pessoas entravam no Stonewall, elas podiam andar de mãos dadas, se beijar e, o mais importante, era possível dançar” (Fernandes, 2019).

As paredes do bar (que era fechado, com todas as suas atividades acontecendo no interior do espaço³) e da portaria – onde só era permitida a entrada de frequentadores LGBTs e afins – cumpriam, portanto, uma função de gerar um espaço possível para que estes corpos, relações e expressões desviantes da matriz heterossexual (Butler, 1990) pudessem circular e existir. Ao mesmo tempo, é o extrapolar destas mesmas paredes, o ocupar das ruas, que demarca também o início de um movimento de orgulho e luta por direitos e visibilidades LGBTQIA+.

Sendo assim, o Stonewall Inn tem uma relevância simbólica, física e sociocultural indiscutível na construção histórica do movimento, relevância esta que foi reivindicada ao longo de décadas pelos grupos afetados e que foi de fato reconhecida no século XX por figuras governamentais, como o presidente Obama. Além disso, o protagonismo deste espaço de memória é tão relevante, que até hoje é lá onde acontecem diversos atos e passeatas LGBTQIA+. O bar atual está reconfigurado, mas ainda é um espaço de memória material tanto em seu espaço físico, quanto em seus propósitos sociais, servindo a diferentes propósitos da luta: ponto de encontro, entretenimento e diversão a grupos LGBTQIA+; protestos contra o ex-presidente Trump (Sigbi, 2017); lugar de comemorações em datas celebrativas, como foi o dia 26 de junho de 2015 quando o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo foi aprovada nos EUA (G1, 2015); atos e memoriais de solidariedade e luto as vítimas de ataques homofóbicos, como aquele ocorrido em 12 de junho de 2016, quando um atirador entrou na Pulse, uma boate LGBT em Orlando, e matou 50 pessoas (ferindo gravemente mais 53); dentre muitos outros. Além disso, o espaço do bar, os jardins anexos a ele e o Christopher Park são todos hoje reconhecidos legalmente, historicamente e fisicamente como marcos históricos nacionais, atuando, portanto, como espaço de memória, mas também de mobilização política.

O bar atual, inclusive, apesar de funcionar como estabelecimento comercial, é marcado por uma série de materialidades que visam informar a historicidade do local, despertar o interesse e sensibilidade política de quem por lá passa e demarcar materialmente as posições e memórias políticas representadas por aquele espaço e pelas pessoas que protagonizaram os movimentos lá iniciados. Além disso, o site oficial do bar Stonewall Inn atual tem também um espaço reservado a contar a história do lugar e destacar sua importância histórica para o movimento LGBT, intitulado “Bem-vindo ao local onde o Orgulho Gay começou!” (Sigbi, 2017, online).

³ Não há imagens do interior do Stonewall Inn na época do levante, mas na Figura 1 é possível ver a planta do espaço neste período, tal como uma fotografia da fachada do bar neste período.

“The place where pride began” - o Stonewall Inn como espaço de memória e a construção de memórias materiais queer



Figura 2. No canto superior esquerdo: Placa “This is a Raided Premises” no interior do bar, em 2016 (Fonte: Rhododendrites/WikiCommons) / No canto superior direito: Fachada do bar, em 2012 (Fonte: Matt Green/Flickr) / No canto inferior esquerdo: Memorial na fachada do prédio, em homenagem às vítimas do Massacre de Orlando, 2016 (Fonte: Rhododendrites/WikiCommons) / No canto inferior direito: Memorial dedicado às vítimas do tiroteio da boate Pulse, 2020 (Fonte: dulooz cats/Flickr)

Bandeiras de arco-íris espalhadas por toda parte no interior e na fachada do bar; lá dentro, também, dezenas de outras bandeiras específicas de vários dos segmentos que compõem a sigla: bandeiras trans, não-binários, lésbicas, bissexuais e muitas outras; um arco-íris de neon imenso fica no interior do bar; várias matérias de jornal antigas sobre o ocorrido de 1969, enquadradas, nas paredes internas do lugar; uma placa (Ver Figura 2) também enquadrada com os dizeres: “Este é um local invadido. Departamento de Polícia Cidade de Nova York. Howard R. Leary – Comissário de polícia”⁴. Estas são apenas algumas das materialidades que compõem o espaço que hoje funciona como The Stonewall Inn e que auxiliam na construção do discurso político que é

⁴ Tradução minha. Original: “This is a raided premises. Police Dept City of New York Howard R. Leary – Police Commissioner”

materializado pelo lugar, tanto historicamente, quanto na atualidade⁵. A placa de “local invadido” é um bom exemplo de como a organização estética, espacial e material do estabelecimento se dá de maneira a narrar a história de luta do movimento. Esta (que é original e foi recuperada do antigo estabelecimento) hoje se encontra enquadrada ao lado da porta de entrada do bar atual, de maneira a ressignificar o que antes era um rótulo marginalizante dos lugares, uma vez que a placa era colocada em espaços onde tivesse havido alguma prisão por delito moral (Reuss, 1999).

Além de todos estes personagens materiais (históricos e atuais), há também a fachada do lugar, que passa por constantes alterações com o passar dos anos e é apropriada por diversos grupos que incorporam novos símbolos, coisas, dizeres e cartazes a esta fachada. A base desta fachada é um letreiro em neon vermelho escrito “The Stonewall Inn”, em uma vidraça, com luzes de led caindo em cascata por trás, tudo isso entre uma grande porta abobadada onde está escrito “PRIDE” e duas placas: uma que tem uma foto antiga do local e onde se lê: “Stonewall Inn. 53 Christopher Street ate Stonewall Place. Site of Stonewall Riots. June 27 – 29, 1969. Birth Of The Modern Lesbian & Gay Rights Liberation”. E a outra é uma placa oficial do Estado de Nova York, decretando a oficialização do espaço como Sítio histórico do Estado, em 2016. Dou especial atenção a este fragmento espacial do bar, pois é justamente através dele que o local se comunica com o espaço urbano público e com os não-frequentadores: é através dessa fachada que o bar transmite seu discurso político e histórico publicamente.

No entanto, como citei, esta fachada passa constantemente por transformações estéticas e materiais. Algumas delas são feitas pela própria administração, como: a colocação de faixas comemorativas nos aniversários da rebelião; faixas comerciais de empresas colaboradoras com a causa e com o bar; e pôsteres de atrações da semana. Outras modificações (Ver Figura 2), por sua vez, são feitas a partir de intervenções externas de frequentadores, visitantes e participantes de manifestações diversas, como: faixas e cartazes pintados à mão ou ainda os diversos memoriais feitos na entrada do bar como forma de luto e solidariedade às vítimas de episódios fatais de lgbtfobia. Estes memoriais, aliás, são todo um mundo de agentes materiais em si. Eles têm de tudo, desde: buquês de flores; muitas bandeiras em coloridas em diferentes suportes (pano, papel, cartolina, plástico); velas; cartazes; objetos pertencentes às vítimas; tal como fotos destas pessoas e inscrições em giz de seus nomes na calçada em frente ao bar; bilhetes de despedida; colagens; balões; dentre tantas outras manifestações materiais de perda, lembrança, dor, afeto, orgulho, tristeza, raiva e saudade.

É interessante notar que a construção desses memoriais opera de maneira a se apropriar de um espaço que já é um lugar de memória e se utilizar da mensagem política que ele carrega para dar continuidade à luta LGBTQIA+ e adicionar – materialmente – novas camadas de significado, memórias, mensagens, causas, relações e experiências afetivas e sensoriais naquele local. Como destacam Zarankin e Niro (2008), o reconhecimento e a construção de narrativas e memórias materiais, para além de marcar politicamente os espaços como significativos nas histórias nacionais, é fundamental para também gerar formas outras de engajamento político, afetivo, sensorial e espacial com essas histórias silenciadas, escondidas, “transformá-la em algo físico, para assim poder ser percebida, de diferentes maneiras, a palavra (oral ou escrita) uma memória que pode ser tocada, ouvida, experimentada.” (Zarankin & Niro, 2008, p. 27).

⁵ Essas informações foram tiradas de um levantamento fotográfico que realizei em diferentes fontes e uma análise das fotos que mostram o interior e a fachada do bar em diferentes épocas (1983-2013-2016-2019).

Foi, portanto, por reconhecer todas essas significações que o prédio tem, que diferentes entidades governamentais o abarcaram em distintas instâncias de proteção e reconhecimento patrimonial da nação.

Os motins se tornaram protestos, os protestos se tornaram um movimento, o movimento acabou se tornando uma parte integrante da América. O Parque Nacional de Stonewall deve refletir a história completa de nosso país. Que somos mais fortes juntos. [...] Um lugar para a comunidade lésbica, gay, bissexual e transgênero (LGBT) se reunir para marchas e desfiles, expressões de pesar e raiva e celebrações de vitória e alegria (Obama White House, 2016, online).

Foi com estas palavras que o então presidente, Barack Obama, anunciou Stonewall como parte do sistema de Parques Nacionais, transformando-o em monumento nacional, em 2016. Junto ao prédio que abriga o Stonewall Inn, este Monumento Nacional de Stonewall abarca também o Christopher Park e as ruas circundantes ao bar, incluindo um pequeno jardim em frente ao prédio (Northeast Archeological Resources Program, 2019), onde foram construídas por George Segal duas estátuas-monumentos em homenagem à revolta de Stonewall e que representam dois casais homoafetivos, um composto por dois homens e o outro por duas mulheres (ESQREVER, 2019). Para além de monumento nacional e marco na construção de memórias coletivas sobre o movimento LGBTQIA+, o edifício foi também reconhecido em diferentes instâncias e fisicamente resguardado enquanto: marco histórico nacional desde 2000 (Stonewall National Monument, 2018); lugar histórico reconhecido no Registro Nacional de Lugares Históricos (Parks, Recreation And Historic Preservation, 2016); monumento nacional desde 2016 (Stonewall National Monument, 2018); e, ainda, marco do Estado de Nova York. É importante destacar que, em todas estas categorias, o edifício é o primeiro a figurar enquanto representante e ícone do movimento LGBTQIA+ inaugurando um processo histórico de reconhecimento institucional da relevância desta luta na constituição da história nacional estadunidense e na conformação das identidades que compõem a população norte-americana. O espaço conta ainda com um fundo levantado pela National Park Foundation e protagonizou o hasteamento da primeira bandeira LGBT mantida oficialmente em um monumento federal (Hotakainen, 2019).

Um ponto importante que atravessa lugares de memória como este é que eles não apenas nos fazem lembrar, mas são especialmente um remédio contra o esquecimento⁶ das violências e resistências que nos conformam hoje, para que assim nunca mais se permita repetir os tratos discriminatórios contra estes grupos e para que voltemos a nos revoltar quando esses tratos se repetirem. Um sintoma material, por exemplo, dos escoamentos que esse acontecimento e lugar têm em termos de relevância na construção dessas narrativas alternativas da história nacional e política e dessa política do não-esquecimento ocorreu em 2019. Neste ano foi anunciado pelo prefeito de Nova York a construção de um novo monumento na cidade dedicado a homenagear as figuras de Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, ambas mulheres trans, não-brancas, que tiveram participação ativa no levante de Stonewall, nas marchas que se seguiram a ele e constituíram o movimento LGBTQIA+ e no movimento antirracista da época. Erguer um monumento deste tipo, dedicado a duas mulheres trans negras e latinas, em uma das maiores e mais importantes cidades do mundo, é uma

⁶ Como aponta Lemos (2016) não apenas fazer lembrar, mas principalmente de não deixar esquecer – coletivamente, sociopoliticamente – das violências do passado para que não se repitam, e das resistências daqueles que vieram antes de nós, para que nos inspiremos e com eles possamos aprender.

materialização política de um discurso de representatividade e comprometimento com a busca por direitos desses grupos.

Arqueologias de Stonewall, arqueologias queer

Como destaca Baretta (2014), a Arqueologia oferece caminhos de grande potência para a construção de memórias materiais e memórias coletivas, em especial aquelas produzidas em contextos de Repressão e Resistência.

[...] as memórias podem ser construídas com auxílio da materialidade e do espaço que nos cerca. Considerando que elas são culturalmente construídas e (re) significadas cotidianamente de modo a construir narrativas, podemos entender as condições históricas para o surgimento de determinadas lembranças, bem como as relações entre pessoas e objetos. Nesse âmbito que Arqueologia da Repressão e da Resistência, sob a perspectiva da Arqueologia do Passado Recente ou Arqueologia Contemporânea aponta um novo caminho, que é democrático e com distintas possibilidades de construção dessas memórias. (Baretta, 2014, p. 81).

Partindo, desta maneira, de um contexto com materialidades tão pungentes em suas relevâncias históricas e tão marcada e marcante politicamente, comecei a me questionar sobre as muitas arqueologias possíveis deste contexto. É possível, por exemplo, se enveredar pelo caminho das análises arquitetônicas do espaço e os discursos articulados com esta organização espacial do prédio que abriga e abrigou os dois Stonewall Inn, pensando inclusive nas transformações na paisagem estética e estrutural do interior e da fachada do bar. É possível pensar e pesquisar as materialidades que compõem o interior do bar atual e as mensagens e relações que ela estabelece com seu público, seu discurso político, seu passado histórico e, ao mesmo tempo, sua clientela e seus interesses/funções econômicas. É possível refletir sobre os processos de patrimonialização, resguardo, investimento e produção de narrativas públicas, estatais, sobre o movimento LGBTQIA+ que se foram feitos no prédio Stonewall In e no parque, jardim e ruas anexas a ele. É possível ainda refletir sobre materialidades outras, estas mais diretamente relacionadas física e temporalmente com o episódio em si e com o bar antigo, como os jornais publicados na época, ou ainda os cartazes, faixas e placas feitas e utilizadas nos protestos (e que são, hoje, inclusive, recriadas para atos, paradas e manifestações atuais). E, por fim, das possibilidades que consegui mapear, há ainda um caminho possível que é o estudo dos memoriais feitos em homenagem a vítimas de diferentes atentados lgbtfóbicos dos últimos anos e os múltiplos e articulados vestígios materiais que geram, associadas ao prédio do Stonewall como lugar de memória e luta.

Realizando uma ampla pesquisa em diferentes plataformas e fontes – matérias jornalísticas, textos acadêmicos, vídeos, sites oficiais e outros – descobri que alguns desses caminhos já vêm sendo de fato pincelados por pesquisas arqueológicas estadunidenses. O que existe de mais sistematizado a este respeito é um capítulo do relatório produzido pelas organizações do National Park Foundation e do National Park Service, intitulado “LGBTQ America: A Theme Study of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer History” (Springate, 2016). Este capítulo é escrito por Megan E. Springate e intitulado “LGBTQ Archeological Context”, onde a autora se dedica a levantar uma série de reflexões, proposições e embasamentos para os fazeres arqueológicos que ainda podem vir a acontecer em lugares LGBTQIA+ como espaços de história e memória destes grupos. As reflexões construídas por Springate são de grande valor enquanto referências guias para pesquisas que se proponham engajadas politicamente com as minorias sexuais e de gênero, destacando como patrimônios de grupos marginalizados – como LGBTQIA+ – “se tornam alvos de demolição,

reconstrução, renovação urbana e gentrificação – todos impactando os lugares físicos e forçando seus habitantes e clientes a outros lugares.” (Springate, 2016, p.4).

Além deste texto, existem ainda algumas pesquisas esparsas que dizem respeito a esta área de estudos e práticas arqueológicas. Uma delas, por exemplo, é o trabalho feito pelo programa Northeast Archeological Resources e divulgada pelo Facebook, através da hashtag #DigStonewall⁷. A iniciativa é, de acordo com a própria organização, um trabalho inicial e superficial de análises arqueológicas, destacando que a arqueologia ainda não foi introduzida na prática ao projeto de instauração do Parque Memorial do Stonewall National Monument e ressaltando que, quando realizadas, estas pesquisas arqueológicas no local devem estar amparadas em teorias feministas e teorias queer para alcançar narrativas menos cisheterocentradas. O projeto se propõe, portanto, a apresentar alguns dos vestígios recuperados de Stonewall e destacar os processos de resignificação desses objetos – cotidianos – se encontrados em um contexto de localização e importância na história LGBTQIA+ e se interpretados a partir de perspectivas teóricas feministas e queer (Northeast Region Archeology Program, 2019a). Em diferentes publicações (ver Figura 3), vão sendo apresentados, um a um, os poucos vestígios materiais recuperados por arqueólogos associados ao episódio de 1969 e ao antigo bar, como um tijolo, uma lanterna de vidro, ou uma caixa de charutos.

Encontrar tijolo num sítio arqueológico normalmente significa uma coisa - encontre uma estrutura. [...] Os tijolos são normalmente apenas importantes como parte de um todo maior. O contexto do Stonewall National Monument poderia mudar completamente o significado de um tijolo. Durante a primeira noite de protestos, tijolos foram usados como ferramentas de resistência e foram famosamente atirados à polícia que invadiu e provocou o grupo. Em Stonewall, tijolo pode ser uma prova de estrutura ou reinterpretado como uma arma de protesto. (Northeast Region Archeology Program, 2019a, online, tradução minha).

São materialidades, como este tijolo, que ajudam a contar histórias de nação mais completas, que incorporem outras vozes, narrativas, eventos e grupos marginalizados pela história oficial (branca, masculina, heterossexual, cisgênera). São também materialidades queer, de alguma maneira. Também trata da reconfiguração dos objetos cotidianos e das interpretações arqueológicas usualmente feitas com estes objetos.



Figura 3. À esquerda: caixa de charutos recuperada do antigo Stonewall Inn / Ao centro: Fragmento de tijolo recuperado do levante de 1969 / À direita: lanterna recuperada do antigo bar (Fonte: Northeast Archeological Resources Program).

⁷ Link para a [hashtag #DigStonewall](#)

Um tijolo encontrado da antiga Stonewall Inn, como exemplificam, se torna símbolo de resistência, mas mais do que isso, é uma memória material. Outros vestígios listados, também contêm marcas que ajudam a construir narrativas poderosas sobre a época, o espaço e o movimento, tal como as lacunas que uma arqueologia tradicional deixaria de explorar em suas interpretações sobre contextos como este. As lantejoulas, por exemplo, imitações de pedras preciosas,

geralmente interpretadas como peças de joalheria ou outro adorno, normalmente pertencentes a mulheres cisgênero [...] quando alguém encontra um strass num local como Stonewall, não se pode automaticamente assumir que pertence a uma mulher-cis. Na verdade, é mais provável que seria evidência dos bailes de drag queens que o Stonewall teria hospedado na época (Northeast Region Archeology Program, 2019b, online, tradução minha).

Como apontam (e denunciam) Gabby Hartemann (2009) e Violet Anzini (2021) é histórico o caráter cisheteronormativo que permeia e orienta as práticas e teorias científicas, como um todo, e arqueológicas, especificamente, que sistematicamente apagam e silenciam a presença de corpos e identidades não-binárias e dissidentes do binarismo macho/fêmea e homem/mulher (Hartemann, 2019; Anzini, 2021). Dentre os mais perversos efeitos desse imbricamento da cisheteronormatividade em nossas práticas e reflexões como disciplina, um deles é a naturalização da cisgeneridade e heterossexualidade brancas como fenômenos universais (Anzini, 2021). Nesta mesma senda, Springate nos aponta para como

a arqueologia queer começou desafiando suposições heteronormativas profundamente arraigadas de como arqueólogos tradicionalmente pensavam sobre o passado (ou seja, que todos no passado estavam ou se interessavam apenas por relacionamentos do sexo oposto; que a família nuclear de um marido e mulher e filhos vivendo em uma casa era a norma; e que apenas dois sexos ou gêneros existem) (Springate, 2016, p.4, tradução minha).

Desta forma, propostas e pesquisas de arqueologias queer como estas desenvolvidas com os rastros materiais de Stonewall são especialmente potentes por buscarem responder a um chamado por perspectivas e fazeres arqueológicos que sejam transpassados pela crítica queer, “que transcenda esses binarismos modernos ocidentais” (Hartemann, 2019, p. 1) e permitam “desconstruir os etnocentrismos e colonialidades de gênero/sexo” (Anzini, 2021, p. 347).

1983 - O FERRO’S BAR

19 de Agosto de 1983. Rua Martinho Prado, 127, quase chegando no viaduto que sobrepõe a Avenida 9 de julho, Bairro Bela Vista, São Paulo.

A rua se encontra medianamente ocupada, no ritmo normal de uma sexta-feira a noite fria de um território boêmio da capital paulista. No interior do Ferro’s Bar apenas algumas pessoas sentadas em mesas de boteco, a maioria mulheres. De repente uma concentração começa a se formar em frente ao bar, uma pequena multidão de corpos lésbicos, feministas e alguns homens gays vai se aglomerando pouco a pouco na entrada. Alguns rostos se destacam na aglomeração: Rosely Roth e Miriam Martinho, mulheres a frente do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF); o deputado Eduardo Suplicy; a vereadora Irede Cardoso. O segurança, incomodado, percebe a movimentação e sela a porta, e fica do lado de dentro, impedindo a passagem, com uma fresta aberta para ouvir o que a pequena multidão burburinhava. Chega a advogada do grupo e eis que se

dá a deixa para que duas das mulheres incitem o grupo para entrar no bar. O porteiro impede, a situação se torna cada vez mais tensa. A administração do bar manda que as impeça de entrar de todas as formas possíveis e chama a polícia. A polícia, por sua vez, diz que não vai e o segurança se enche de autoridade para lidar com aquela turba indignada sozinho. Lá dentro, as clientes do bar gritam “entra, entra, entra” em incentivo àquelas que se encontram do lado de fora. A multidão tenta mais uma vez forçar a entrada e o segurança enfia a mão pela fresta e começa a empurrar e bater em quem consegue alcançar. E é aí que um dos viados do grupo da rua arranca o cap do segurança e o lança para dentro do bar. O segurança, desnudado de toda a sua autoridade, sai correndo para buscar o cap e a multidão aproveita o ensejo único para forçar a porta e adentrar o bar. Algumas das lésbicas sobem nas mesas, outras distribuem um folheto. “Chanacomchana”, se lê no alto da primeira página, “Grupo Ação Lésbica Feminista”. Algumas semanas antes, aquele mesmo bar – um dos mais tradicionais locais de ocupação sapatona da cidade de São Paulo nesse momento – tinha sido o palco de uma arbitrária e violenta expulsão de lésbicas feministas pela administração, que as impediu de voltar ao local e, especialmente, de venderem seu boletim sobre lesbianidade, o mesmo que agora era distribuído pelas mesas do bar, à revelia de seus funcionários e dono. Lá, na pequena “espelunca” que era o Ferro’s, se vendia de tudo, lícito e ilícito, mas conteúdo político de sapatão era um limite que a administração decidiu que não poderia ser rompido, mesmo que o bar fosse praticamente sustentado pelo dinheiro desses mesmos grupos lésbicos. Uma das moças que lideravam o movimento, Suely, uma sapatona de 23 anos, branca, alta, com cabelos de Maria Bethania, subiu em uma das mesas e leu em voz alta o que estava escrito nos panfletos distribuídos:

PRA VOCÊ QUE FREQUENTA O FERRO'S: Você sabia que colegas suas, seres humanos como você, são postas para fora de nosso meio como seres leprosos? Veja, por exemplo, o que aconteceu na noite do sábado passado, dia 23 de julho, só porque umas meninas estavam vendendo seu boletim o chanacomchana, num certo bar que conhecemos, o dono do bar e os seguranças queriam expulsá-las à força só porque o boletim fala das nossas vidas claramente, sem vergonha ou medo e até com muito orgulho. [...] embora não passemos de cães sarnentos, nosso dinheiro não transmite nossa doença. E eles sabem fazer bom uso dele [...] Vamos admitir essa proibição? (Chanacomchana, 1983, p. 1).

As pessoas em volta aplaudem com entusiasmo. Aníbal, o dono do estabelecimento, vendo que a cobertura da imprensa era maior do que o imaginado e a mobilização política das lésbicas da GALF era bem estruturada o bastante para que não se rendessem tão facilmente, decidiu render-se. Tentou dizer que era tudo um mal-entendido, mas, percebendo que a evasiva resposta dele não agradou às mulheres do movimento, pediu desculpas publicamente e se comprometeu de que a partir de então elas estavam liberadas de frequentar o boteco e vender seu boletim quando quisessem. Vitória do movimento, o primeiro de muitas ações políticas que as lésbicas brasileiras fariam dali por diante. E seguimos fazendo, dia a dia (Brickmann, 1983; Galf, 1983; Lessa, 2008; Paiva, 2014; Oliveira, 2017a; Pereira, 2019; Silveira-Barbosa & Coutinho, 2019; França, 2020; Agência Todas & pt.org, 2020).

Este é mais um relato imaginado, desta vez sobre a noite de 19 de agosto de 1983, na qual o pequeno boteco Ferro's Bar protagonizou o primeiro levante e ocupação lésbica do Brasil (ver Figura 4), ficando marcado por uma vitória da luta sapatona brasileira e que deu origem a data do Orgulho Lésbico, até hoje comemorado com marchas e celebrações em dezenas de cidades do país. O levante foi fruto de uma série de conflitos entre a polícia, a administração do Ferro's Bar e várias de suas frequentadoras. Dentre estas, eram especialmente alvo aquelas que tinham um discurso mais politizado e radical com relação à lesbianidade e

aquelas cujos corpos, trejeitos, vestimentas e performances de gênero e sexualidade eram mais dissidentes às normas impostas pela heteronormatividade. Como conta Carlos Brickmann, em reportagem da época na Folha de São Paulo, a expulsão final das meninas da GALF e a proibição da venda do boletim Chanacomchana no estabelecimento, no dia 23 de julho de 1983, foi apenas a gota d'água de um amplo processo de violências e conflitos:

Uma relação tumultuada, sempre. No início da década de 70, julgando-se maltratadas, as lésbicas se mudaram para um bar na Galeria Metrôpole [...] anos depois, num incidente meio nebuloso, uma jovem levou uma garrafada; há poucos dias, um rapaz dirigiu algumas grosserias a uma moça, que reagiu, apanhou e teve de tomar seis pontos no rosto (Brickmann, 1983, online).

Além desses episódios, houveram ainda as sistemáticas batidas policiais ao Ferro's e outros bares da mesma rua – toda ela tida como uma rua boêmia ocupada por grupos de esquerda, lésbicas e homossexuais – em uma empreitada da polícia militar ditatorial que foi batizada de Operação Sapatão (Oliveira, 2017a, 2017b; Paiva, 2014; Garcia, 2016; Fernandes, 2014).



Figura 4. No canto superior esquerdo: Momento em que a multidão força a entrada no Ferro's (Fonte: Ovídio Vieira/Um Outro Olhar) / No canto inferior esquerdo: Rosely Roth lendo o texto de cima da mesa (Fonte: Ovídio Vieira/Um Outro Olhar) / À direita: capa do boletim chanacomchana que narra o episódio do Ferro's Bar, 1983 (Fonte: Acervo Bajuba)

Assim, tal como em Stonewall, o episódio do Ferro's – muito comumente chamado de Stonewall brasileiro (Paiva, 2014; Oliveira, 2017a; Silveira, 2017; Canal Das Bee, 2018; Carvalho, 2019; Pereira, 2019) – é considerado um marco no movimento e um lugar de memória de grande relevância para o histórico de luta lésbica por visibilidade e direitos. Um episódio de resistência e vitória da luta sapatona. Como destaca Luana Oliveira no texto “Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985)”:

Foi a gota d'água para eclodir a primeira manifestação do movimento lésbico brasileiro contra a lesbofobia. [...] Em resposta ao episódio da noite de 23 de julho, as militantes do GALF denunciaram, através de folheto (Martinho, 2012), a discriminação e preconceito que sofriam no Ferro's, que incluíam de agressões físicas a tentativa de expulsão (Oliveira, 2017a, p. 8).

Além disso, o lugar-episódio é também marcado e marcante por representar a primeira vez que grupos feministas (heterossexuais) demonstraram apoio público a grupos lésbicos e suas causas políticas (Borges, 2020; Canal das Bee, 2018), uma vez que – tanto a nível nacional, quanto internacional – existe uma cisão histórica entre esses dois grupos, que se manifestou pela exclusão sistemáticas de lésbicas das primeiras ondas dos movimentos feministas convencionais (Sarmet, 2018). Como conta a historiadora Marisa Fernandes, também integrante da GALF e participante do episódio do Ferro's: para feministas convencionais o discurso lésbico era muito radical. Os grupos de sapatonas ocupavam, portanto, uma espécie de “não-lugar” (Oliveira, 2017b; Sarmet, 2018; Canal Usp, 2018; França, 2020; Savastano, 2020). No entanto, foi justamente partindo desse “não-lugar”, dessa experiência identitária única, que as lésbicas do SOMOS (grupo LGBT da época) se juntaram para formarem, em 1980, o GALF⁸ e o boletim ChanacomChana. O GALF foi o primeiríssimo grupo brasileiro a conjugar as lutas, pautas e vivências interseccionadas dessas duas identidades, de mulheres e de homossexuais (TOSI, 2016). As precursoras dessa construção coletiva de um grupo lésbico-feminista foram, justamente, também as duas responsáveis pela organização do episódio do Ferro's Bar: Miriam Martinho, “formada em letras pela USP e até hoje, a frente da plataforma [Um Outro Olhar](#), é envolvida com as causas lésbico-feministas” (França, 2020, online); e Rosely Roth, antropóloga da PUC-SP, pioneira do ativismo lésbico no Brasil e na mídia, que faleceu em 1990.

Outro ponto de destaque na relevância histórica, material e memorial do Ferro's Bar é a questão da imprensa. Isto, pois este episódio foi também o primeiro na história do país a contar com uma cobertura da grande mídia simpatizante às causas lésbicas e movimentações políticas desses grupos (Borges, 2020). Esta cobertura midiática foi feita pelo jornalista Carlos Brickmann para a Folha de São Paulo e, de fato, tem uma leitura não apenas favorável ao protagonismo lésbico e a luta sapatona no episódio, como também dá destaque para as múltiplas formas de violências envolvidas nesse embate e caracteriza a expulsão das militantes e do boletim como forma de censura homofóbica à liberdade de expressão dessas mulheres.

Por fim, há ainda uma importância histórica desse espaço de memória e resistência para o próprio movimento, uma vez que, sendo considerada a “primeira manifestação lésbica brasileira” (Pereira, 2019), o episódio do Ferro's Bar serviu de exemplo e incentivo a outros grupos e manifestações LGBTQIA+ e organizações feministas brasileiras. O dia 19 de Agosto como data celebrativa do Orgulho Lésbico, é uma marca de um processo de ressignificação positiva das existências e experiências sapatonas, cuja matriz se encontra justamente nesse pedaço espacial, temporal e social do Ferro's Bar. Neste sentido, o mês de agosto é marcado até hoje por uma série de novas e reinventadas formas de militância lésbica/sapatona, materializada nas Caminhadas de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, em suas ocupações do espaço urbano.

⁸ A princípio, o Grupo de Ação Lésbicas-Feminista (GALF) era um subgrupo do grande grupo LGBT SOMOS, que era, por sua vez, majoritariamente ocupado e comandado por homens gays e cisgênero.

“Operação-sapatão” - Lesbianidade, política e ditadura militar (1964-1985)

O Brasil durante a ditadura militar vivia uma realidade de repressão tão ou mais violenta aos que hoje nós chamamos como LGBTQIA+ quanto os EUA. Em 1983, em plena redemocratização, as coisas não pareciam tão mais democráticas para os viados e sapatões (Silveira, 2017, p. 2).

Uma vez que não constituíram o principal grupo construído como inimigo público pelo discurso político da Ditadura Militar brasileira, feministas e LGBTQIA+ raramente aparecem nas pesquisas e relatos sobre as formas de repressão e resistência dos tempos ditatoriais. No entanto, como destaca o trecho acima, o projeto político imposto pelo Regime era calcado não apenas em um discurso anti-comunista, mas também em um conjunto de valores e moralidades, concepções de gênero e família, nas quais os corpos e relações dissidentes, desviados e não-hegemônicos não se encaixavam. Por isso, também foram submetidos a diversas formas de perseguição, violência e discriminação policial por parte de agentes repressivos do Estado.

A perseguição ditatorial às lésbicas foi especialmente personificada pela figura do Delegado Richetti, autor e coordenador da Operação-Sapatão, realizada em São Paulo, em novembro de 1980. O modus operandi desta Operação se deu através de batidas policiais sistemáticas na Rua Martinho Prado – com foco nos bares Ferro’s, Bixiguiinha, Último Tango, Canapé e Cachação, considerados guetos lésbicos da cidade – resultando na prisão arbitrária e forçada de mais 200 mulheres, sob a justificativa de que “você está sendo presa porque é sapatão”. De acordo com os relatos de inúmeras militantes e frequentadoras dos bares da época (Paiva, 2014; Oliveira, 2017a, 2017b; Garcia, 2016) as lésbicas foram arrastadas para o camburão, presas com dezenas de outras mulheres em celas apertadas e só conseguiram serem liberadas após pagamento de propina. Este foi o principal episódio – dentre muitos outros – de manifestação pública e repressiva da lesbofobia institucionalizada do Regime. Richetti, inclusive, foi alvo de uma ampla manifestação em junho 1980, que reuniu grupos do movimento negro, mulheres, lésbicas, LGBTQIA+ e estudantes, que protestaram contra a violência policial em São Paulo e pediram a destituição do cargo do delegado.

Um relato de uma estudante presa na Operação (Colaço, 2009) destaca o impacto que esta operação teve na organização e circulação social da Rua Martinho Prado e dos guetos lésbicos, agora marcados espacialmente pelo medo e a insegurança. “Um mês depois da Operação, o ambiente na Rua Martinho Prado era desalentador. Bares e boates vazias. Até na rua, pouca circulação. Sinal de que daqui pra frente as lésbicas não teriam sossego nem nos poucos bares ‘em que são confinadas’” (Colaço, 2009, p. 1 *apud* Oliveira, 2017a, p. 12). É interessante notar as muitas significações, relações e sensações associadas a este espaço do Ferro’s pelas mulheres lésbicas, em constante transformação pelos eventos ocorridos e pelos processos de negociação política com diversos setores da sociedade: polícia, administração, mídia, militância, e o próprio espaço material em si. Sendo assim, o lugar já foi capaz de criar relações com estes grupos de: medo, revolta, orgulho, memória, segurança e insegurança, além das outras tantas que se perderam na história e nas lembranças esquecidas e apagadas desse capítulo lésbico do histórico de militância nacional e desse vestígio material de dor e resistência sapatona.

Outro aspecto de grande relevância que o episódio do Ferro’s nos leva a refletir a respeito das relações materiais, sociais e políticas entre lésbicas, grupos e práticas lesbofóbicas e agentes repressivos e militares, é a questão da censura. Enquanto o próprio episódio do Ferro’s foi perpassado por um conjunto de tentativas censurantes que eram materialmente dispostas na expulsão das mulheres do bar – uma censura dos corpos – e na proibição da venda do boletim no local – uma censura dessas materialidades midiáticas politicamente marcadas e à liberdade expressiva de suas criadoras. A censura aqui, portanto, funciona para corpos e coisas, de maneira a limitar sua circulação e atuação, demarcando um território que antes era tido como seguro,

possível, simpatizante, e que a partir desses atos de censura passam a ser ressignificados como proibidos e hostis. Mas as sapatonas do Ferro's não foram as únicas a serem censuradas por suas ações e produções de lesbianidade politicamente engajada e moralmente condenada, ao longo da Ditadura Militar. Cassandra Rios, a mais importante escritora lésbica do país, e que, com mais de 50 livros publicados, foi a primeira escritora brasileira a vender mais de um milhão de exemplares (Oliveira, 2017a), também passou por um amplo processo de censura, invisibilização e apagamento histórico pelo Regime e pela Sociedade como um todo. Considerada a artista literária mais censurada do período ditatorial, Cassandra teve mais de 36 obras rejeitadas: "Subversivos ao regime ditatorial unicamente por seu conteúdo lésbico, os livros de Cassandra foram retirados das livrarias e apreendidos das gráficas [...] também foram rasgados e ameaçados por um delegado que queria queimá-los em praça pública" (Fernandes, 2015 *apud* Oliveira, 2017, p. 15).

Neste complexo contexto, portanto, as lésbicas passavam por um processo de quádrupla discriminação e invisibilização de suas pautas: pelo Regime e a sociedade como um todo, que as perseguia a partir de uma ampla gama de artifícios amparados em uma lesbofobia institucionalizada; pela esquerda "que considerava a homossexualidade uma prática burguesa" (Oliveira, 2017b, p. 1); pelos grupos feministas heterocentrados; e pelo movimento LGBT dominado por homens e perpassado por práticas sistemáticas de misoginia. Desta forma, os grupos lésbicos da época se uniram em torno de uma conjugação de pautas e fatores, como a especificidade da existência e da luta lesbiana, o combate à lesbofobia institucionalizada e a busca por redemocratização, tudo isso considerado como um só bloco, no qual uma coisa dependia da outra. Tendo isso como referência, inclusive, Rosely Rocha afirmou, logo após a vitória do movimento, que Aníbal, dono do bar, "só voltou atrás por causa de nossa força, de nossa união. A democracia neste bar só depende de nós!" (Brickmann, 1983, online). Ou seja, a retomada do bar – sua ocupação física e simbólica, a relação entre as pessoas e a dinâmica espacial do lugar – é defendida como fragmento de uma democracia em prática, em meio ao fim do regime antidemocrático.

Por fim, é relevante destacar que muito pouco foi produzido a respeito dessa intersecção entre lesbianidade e período ditatorial, especialmente com relação às possibilidades de pesquisa e patrimonialização de materialidades e espaços importantes nos muitos processos de repressão e resistência envolvidos nas relações entre esses dois grupos. Uma dessas produções está no Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, onde Rubens Paiva foi o responsável pela transcrição de um capítulo dedicado a discutir as múltiplas e conflituosas relações entre o Regime Militar e os grupos LGBTs. Neste capítulo, Paiva descreve, portanto, como se deu a perseguição ditatorial às lésbicas no Brasil – em especial em São Paulo, sob a coordenação de Richetti – e descreve a expulsão e o levante do Ferro's Bar, trazendo inclusive algumas falas inéditas sobre o caso, como de Marisa Fernandes

O Ferro's Bar foi o mais importante espaço para as lésbicas de São Paulo, muito antigo, bar e restaurante, durante o dia um restaurante, durante a noite uma verdadeira sapataria, né? [...] Mas eles não permitiram que a gente vendesse, os donos, que vendessem nosso "Chana com Chana", o jornalzinho que passou ali. Eles em 1983, em agosto, proibiram a gente de vender isso lá dentro, apesar de todo o lucro que a gente dava, foi quando nós montamos [...] uma invasão (Fernandes *apud* Paiva, 2014, p. 21).

Além disso, Paiva destaca, ainda, uma série de recomendações com relação à reparação e preservação da memória LGBT durante a ditadura. Uma dessas recomendações é, inclusive, a criação de espaços de memória em pontos-chave da cidade de São Paulo que foram alvos de perseguição a LGBTs no Regime, incluindo o

Ferro's Bar como um desses espaços: “ex. Delegacia Seccional do Centro na Rua Aurora, Departamento Jurídico XI de Agosto, Teatro Ruth Escobar, Presídio do Hipódromo; Ferro's Bar; escadaria do Teatro Municipal etc.)” (Paiva, 2014, p. 25).

É relevante destacar, por fim, que apesar de estes processos políticos discriminatórios contra lésbicas e LGBTQIA+ como um todo terem se dado desta maneira neste período de Estado de exceção, isto não significa que estas violências misóginas, lesbofóbicas e lgbtqia+fóbicas se restrinjam a este período histórico ou a este modelo de estado. Destaquei aqui as maneiras pelas quais violências e resistências se materializaram neste período ditatorial, pois era este o palco político e social que abrigou o processo de formação de fenômenos e movimentos como a GALF, o boletim Chanacomchana, o levante do Ferro's e as maneiras peculiares pelas quais as violências sistemáticas se deram contra pessoas lésbicas estão intimamente conectadas à própria peculiaridade deste momento político e histórico. Entretanto, estas e outras (novas e reformuladas) formas de violência e invisibilização seguem existindo e se reinventando, pois são parte constituinte do próprio Estado enquanto instituição colonial, cisheteropatriarcal e racista.

A invisibilidade lésbica e a ausência de espaços de memória sapatona institucionalizados no Brasil

Tal como aponta Adrienne Rich (2010), a invisibilidade lésbica faz parte de processos históricos de apagamentos que se manifestam desde a presença ínfima de personagens lésbicas na História oficial e da cultura, “o apagamento da existência lésbica (exceto quando vista como exótica ou perversa) na arte, na literatura e no cinema e a idealização do amor romântico e do casamento heterossexual” (Rich, 2010, p. 26). Nesta mesma senda, se encontra ainda a Arqueologia, onde há quase uma nulidade de pesquisas e trabalhos sobre temáticas e materialidades lésbicas e, o pouco produzido que se tem, trata justamente da inexistência de registros sobre relações e corpos lésbicos na área.

Além disso, há também a invisibilidade de questões políticas relacionadas a lesbianidade como: a proteção de nossos corpos contra assédios, estupros e assassinatos lesbofóbicos, nossa saúde sexual, nosso direito ao afeto público, nosso direito a trabalho digno, dentre muitos outros que perpassam não apenas o lugar de mulher na sociedade, não apenas nosso lugar de LGBT, mas nosso lugar de intersecção entre esses dois fatores (o que se torna ainda mais urgente quando tratamos de mulheres lésbicas negras, pobres e/ou periféricas). Assim, em um processo retroalimentador, onde Ciência, Sociedade e Política constroem apagamentos dessas vivências, corpos e existências lésbicas, a invisibilidade é construída, fomentada e reinventada. Mas, para além de uma consequência de processos inconscientes de exclusão social, a invisibilidade lésbica é parte de um projeto político, cujas consequências escoam também para as materialidades de coisas, lugares e paisagens de histórias, memórias e relações sociomateriais sapatonas. Um exemplo pertinente desse processo é o próprio Ferro's.

O lugar onde antes funcionava o Ferro's se localizava na Rua Martinho Prado, número 127. Como nos descreve Carlos Brickmann, o bar passou por múltiplas e sequenciais levas de ocupação do boteco, que foi inaugurado em 1960 e já foi reduto de grupos comunistas e intelectuais de esquerda, já foi ocupado escritores e jornalistas, por prostitutas, homens gays e, por fim, desde a década de 1970, pelas lésbicas (Brickmann, 1983; Benedito, 2013). É interessante ver esta transformação do público do local que, ao mesmo tempo que é composta por grupos extremamente distintos, tem uma semelhança na marginalidade – especialmente na Ditadura – ou de seus corpos e identidades, ou de suas profissões ou de suas posições políticas. É um lugar marcado por essas várias formas marginais de interação socioespacial. Além disso, é também um local histórico da lesbianidade, não apenas pelo episódio de 1983 e pela Operação Sapatão, mas também porque passou a constituir um personagem importante da cultura lésbica, aparecendo (tanto narrativamente quanto

imageticamente) em músicas como a censurada “Francha com Francha” das cantoras Bro e Gi no início dos anos 80 (Comulher, 2012) ou, ainda, em obras literárias como Anastácia, da autora Cassandra Rios. O bar fechou na década de 1990 e, desde então, já foi restaurante, vestiário, outros bares (Fior & Comolatti, 2018) e, por fim, hoje neste espaço funciona o vestiário dos funcionários da “Famiglia Mancini”, à qual pertencem dois restaurantes italianos de luxo na área⁹.

A partir da comparação presente na Figura 5 é possível perceber a total descaracterização do local na atualidade enquanto lugar de memória e uma completa ausência de marcas e sinalizações materiais que denotem que aquele espaço foi palco e agente histórico na primeira revolução lésbica brasileira.



Figura 5. À direita: Registro da fachada do Ferro's durante o episódio de agosto de 1983 (Fonte: Acervo Folha de São Paulo/Memorial da Resistência) / Ao centro: Registro fotográficos realizados em 1998 da fachada do Ferro's Bar, durante seu fechamento. (Fonte: Acervo pessoal Marisa Fernandes/Memoria da Resistência de São Paulo) / À esquerda: Registro do local atualmente, que funciona como vestiário (Fonte: Acervo pessoal).

Como destacam Ana Clara Fior e Greta Comolatti, o reconhecimento institucional a respeito da relevância simbólica e memorial desse espaço é nula e isso se expressa materialmente pela ausência. O fato de que hoje o lugar não foi nem patrimonializado, nem reconstruído e nem mesmo há qualquer tipo de sinalização oficial deste enquanto este lugar de memória LGBTQIA+, feminista e sapatão é, portanto, uma marca profunda desse projeto de invisibilização lésbica e silêncio material. Caroline Lemos (2016), destaca como, no Brasil, a Ditadura foi pautada por uma “política do esquecimento”, que se materializou pelo apagamento material e discursivo dos locais de repressão e de resistência durante o regime, processo muito semelhante àquele ocorrido no Ferro's Bar – também durante a Ditadura – e que, portanto, pode nos ajudar a pensar em como se dão essas políticas de silenciamento material das memórias marginais.

São significativas as diferenças, portanto, entre as posturas adotadas com relação à materialidade e espacialidade das lutas LGBTs de Stonewall e as lutas lésbicas do Ferro's bar. Por um lado temos o Stonewall Inn estadunidense que: conta com um amplo reconhecimento público, institucional e político de sua relevância;

⁹ Esta informação, no entanto, só pude adquirir ao ir até o local e perguntar aos funcionários do vestiário, uma vez que não há nenhuma informação disponível acerca deste estabelecimento disponível online.

passou por diversos processos de construção de memória material coletiva, em uma união entre militância e o governo federal e estadual; e segue sendo materialmente renovado de significados, memórias e relações afetivas, sensoriais e políticas, através dos memoriais, da preservação do lugar, da sua continuidade enquanto ponto LGBT e das leis de proteção e patrimonialização desse espaço-episódio. Por outro lado, temos o Ferro's bar brasileiro, em uma época perpassada inerentemente pelo regime ditatorial brasileiro, que: não tem nenhum tipo de resguardo e construção material de memória coletiva; sofre hoje com amplo processo de invisibilidade do lugar como marco lésbico; e que, para além de uma tentativa de memorialização imaterial do episódio pela instituição da data 19 de Agosto como dia do Orgulho Lésbico, nada mais foi feito para preservação, resguardo, reconstituição e/ou sinalização do espaço e de sua importância. É a invisibilidade lésbica materializada pela falta. E, é sempre importante lembrar, essa falta é uma escolha política. Afinal, como destaca Priscila de Souza (2014), as decisões de preservar ou não materializações memoriais e históricas de dor e luta são decisões de caráter político, econômico, midiático e fazem parte de projetos ideológicos de Estado.

É importante destacar, entretanto, que advogar por estes reconhecimentos e legitimações por parte do Estado não significa reconhecê-lo ou tomá-lo como aliado, uma vez que o Estado enquanto projeto político é inerentemente construído sobre as bases sólidas da colonialidade, dentro da qual os corpos e identidade dissidentes são sistematicamente violentados e/ou invisibilizados. Se trata, ao contrário, de produzir apropriações estratégicas e críticas de seu aparato, o qual é capaz de abrir porta para movimentos de resguardo, visibilidade, memória e retomada de lugares e coisas pertencentes a histórias marginais.

Entretanto, esta não é a única narrativa possível sobre a criação e preservação de memória deste espaço do Ferro's. Desde 2020, uma série de iniciativas autônomas, coletivas e marginais e, ainda, alguns incipientes projetos de museus paulistas vêm atuando no sentido de construir novas narrativas deste e sobre espaço. São um conjunto trabalhos digitais de reconhecimento, registro e reocupação do lugar que sediou o Ferro's, mas também de outros espaços de memória LGBTQIA+ na cidade e, ainda, de aproximações iniciais da Arqueologia neste tipo de espaço, no Brasil.

CARTOGRAFIAS ALTERNATIVAS, CARTOGRAFIAS MARGINAIS – PENSANDO E FAZENDO URBANIDADES MAIS DIVERSAS

Dentre estas iniciativas, destaco duas realizadas pelo Museu da Diversidade Sexual, (sediado na capital paulista e vinculado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo) que: em parceria com o Arquivo Lésbico Brasileiro¹⁰ celebrou o dia 19 de Agosto em 2020 homenageando o episódio do Ferro's Bar, como parte da programação do Mês do Orgulho e da Visibilidade Lésbica de SP¹¹; e realizou, em setembro de 2022, o Seminário “Memória e patrimônio LGBTQIA+ e interseccionalidades”¹². Destaco também duas iniciativas do Memorial da Resistência de São Paulo que: em 2021, incluiu o Ferro's bar¹³ no repositório digital do programa “Lugares da Memória”¹⁴ que “visa a identificação e o inventário dos lugares da memória vinculados a eventos

¹⁰ O [Arquivo Lésbico Brasileiro](#) foi criado em 2020, é uma iniciativa digital, dedicada à “preservação, difusão e democratização do acesso às memórias lésbicas” (ALB, 2020, online).

¹¹ Link da iniciativa disponível [aqui](#).

¹² Acesso ao seminário completo [aqui](#).

¹³ [Página dedicada ao Ferro's Bar no inventário](#).

¹⁴ [Lista completa de lugares inventariados](#), dentre os quais cinco são apontados como lugares de usos e funções do movimento

de resistência e de repressão políticas do estado de São Paulo” (Memorial da Resistência, 2021, online); e, em parceria com o Acervo Bajubá¹⁵, realizou em 2022 uma “Coleta Pública de Testemunhos”¹⁶ sobre resistência lésbica, como parte do projeto “Percursos Curatoriais: Gênero e Ditadura”.

Aponto ainda outra iniciativa de grande relevância que foi o ato-evento “Em memória de Rosely Roth: lesbianidade e resistência”, realizado através de uma parceria entre o Museu Judaico de São Paulo (MJSP), o Gaavah (coletivo judaico LGBTQIA+), o Cine Sapatão e Arquivo Lésbico Brasileiro. O evento ocorreu no dia 19 de Agosto de 2022, nas escadarias do MJSP, que é localizado logo em frente ao antigo sítio do Ferro's Bar, e contou com a presença de dezenas de sapatonas que (re)ocuparam este lugar de memória lésbico, sendo este o primeiro movimento de retomada deste espaço material histórico. No ato, o mesmo texto recitado por Rosely acima das mesas do Ferro's em 1983 e publicado no Chanacomchana foi lido e repetido pela multidão presente no evento e o hall do MJSP foi tomado por bandeiras lésbicas e LGBTQIA+¹⁷.

Além destas, trago também aqui um potente texto-projeto chamado “Tem Sapatão na Cidade” idealizado por Leticia Savastano (2020), arquiteta e urbanista, que trata a respeito dos processos de apagamento urbanístico e institucional dos lugares lésbicos e dos efeitos disso na nossa construção identitária, de referências representativas e circulação pelo espaço urbano.

Fico pensando na diferença que poderia ter feito para àquela pessoa de 12 anos, quando veio do interior paulista para visitar a capital pela primeira vez, se ela tivesse visto algum tipo de marcador de memória na altura do número 127 da rua Martinhos Prado [...] Talvez tivesse contribuído para poupar alguns anos de opressão e homofobia internalizada se eu pudesse existir na cidade, se eu encontrasse marcações de memória na cidade [...] que indicassem a existência de possibilidades para além do binarismo cis mulher x homem e seus relacionamentos heteronormativos. (Savastano, 2020, online).

Como destaca Savastano, ainda que a construção da nação brasileira tenha sido constituída por uma pluralidade de povos, corpos, culturas, gêneros, raças e sexualidades distintas da figura do homem branco cishetero e colonizador. No entanto, são exatamente estes corpos, identidades e nomes que estão presentes na majoritariamente na História Oficial e representados nos urbanismos, cartografias e toponímias das cidades são justamente esse restrito grupo de homens.

É sabido que as cidades são historicamente produzidas como um ser social, um conjunto complexo de fenômenos diversos e articulações não estáveis muito menos universais. [...] é urgente trabalhar enquadramentos e re-enquadramentos questionando quem tem o direito de existir na cidade e, no limite, quais são as vidas passíveis de luto público; é urgente o nosso corpo, o nosso grito: Tem sapatão na cidade! (Savastano, 2020, online).

A autora aponta, nesta senda, mais uma iniciativa, esta realizada pelo laboratório de pesquisa da FAU-USP “Outros Urbanismos” que, partindo dessa urgente necessidade de pluralidade na constituição simbólica

LGBT, sendo eles: o Theatro Municipal, a Praça Ramos de Azevedo, o Vale do Anhangabaú e a região conhecida como Boca do Lixo, além do Ferro's Bar.

¹⁵ O [Acervo Bajubá](#) é um “acervo pessoal”, “voltado para preservação, salvaguarda e instigação historiográfica da arte, memória e cultura LGBT brasileiras” (ACERVO BAJUBÁ, 2020, online)

¹⁶ Matéria completa do Memorial sobre a Coleta [aqui](#).

¹⁷ Estão disponíveis aqui o [registro fotográfico](#) deste evento e o [vídeo da leitura do texto](#).

das cidades e de seus espaços de circulação, realizou um levantamento de lugares relacionados à cultura, história, memória e conhecimento de comunidades LGBTQIA+ que ocupam a cidade de São Paulo. Com isso, produziram um mapa¹⁸ (Figura 6) que destaca esses lugares, criando inclusive sinalizações digitais de cada um deles e guia um processo de deslocamento do olhar para a cidade, uma perspectiva não-heterocentrada no qual, inclusive, o Ferro's Bar aparece listado como um desses marcos históricos e culturais.

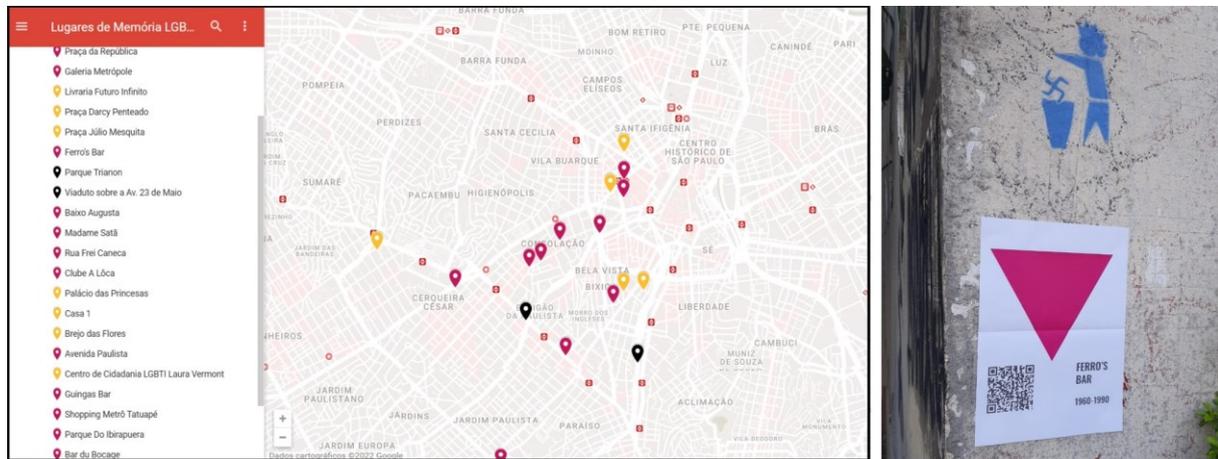


Figura 6. À esquerda: Print do mapa dos Lugares de Memória LGBT em São Paulo (Fonte: Laboratório Outros Urbanismos) / À direita: Sinalização do Ferro's Bar, colado na parede do estabelecimento atual, em 2022 (Fonte: Acervo pessoal).

E, no sentido de pensar cartografias e constituições de cidades onde caibam a presença e circulação representativa de todas essas múltiplas identidades (e nelas inclusas as experiências e memórias materiais lésbicas), cabe ainda falar sobre os espaços de socialização sapatona. Isto, pois, tal como era o próprio Ferro's bar, lugares como estes – bares, boates, quadras de futsapas, parques de isoporzinhos sapatão e afins – ainda que não sejam necessariamente evidenciados por eventos de violências lesbofóbicas e enfrentamentos ou levantes lésbicos, são centrais por representarem e abrigarem ocupações sapatonas da cidade, de múltiplas formas. As práticas violentas lesbofóbicas dos bares heterocentrados, por um lado, e as tentativas de resistências lésbicas, como a criação de festas, eventos, isoporzinhos, e até mesmo de alguns poucos bares-boates lésbicas que brotam na paisagem urbana de quando em quando, por outro, moldam os processos de circulação e ocupação de lésbicas e sapatonas pela cidade, sempre em constante conflito e transformação¹⁹. Inspirada por estas iniciativas e a proposta de redesenhar as paisagens urbanas e gerar cartografias resistentes, marginais, realizei duas propostas experimentais de registro.

Primeiramente, fiz uma pesquisa – em reportagens²⁰, uma enquete no Instagram e de acordo com minhas próprias vivências no meio lésbico belorizontino – e levantei alguns dos lugares, espaços e rotas que compõem as ocupações e circulações de lésbicas, sapatonas, sapatrans e mulheres bissexuais pela cidade de Belo Horizonte (capital do estado de Minas Gerais). Escolhi a cidade de Belo Horizonte, pois é nela que vivo e transito, é nela

¹⁸ É possível acessar aqui o: [Mapa do projeto](#) e a [página do Ferro's Bar](#) neste mapa.

¹⁹ Aliás, esses constantes movimentos migratórios lesbianos pelas cidades, informados por esse duplo e conflituoso conjunto de práticas violentas e resistentes, não é de agora. Ao contar a história do Ferro's, Carlos Brickmann descreve como as práticas discriminatórias e desrespeitosas no bar, ao longo dos anos 70, fizeram com que as lésbicas saíssem de lá por um tempo e só retornassem com a promessa de melhor tratamento por parte da administração e dos funcionários.

²⁰ Fontes consultadas: [Fred](#), 2019; [Viana](#), 2019; [Dias](#), 2019; Ferraz, 2021; Moreira, 1980.

onde me construí sapatão e onde costurei minha rede de relações lesbianas, as quais me serviram de informantes na pesquisa por lugares para construção do mapeamento, além de ser o sexto município mais populoso do país. Além disso, como aponta Maria Ferraz (2021), a cidade de BH apesar de ter demorado para formar seus primeiros movimentos lésbicos e LGBTQIA+ organizados²¹, quando comparado a outras capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, mas em compensação a cidade já tinha grupos e lugares de sociabilidade homoafetivas desde pelo menos a década de 1970, sendo historicamente um polo importante no cenário lésbico nacional. Apesar de ter poucos registros, aponta Ferraz, a sociabilidade lésbica em Belo Horizonte, “nas décadas de 1970 e 1980, tem poucos registros, para além das fontes orais” (Ferraz, 2021, p. 119), mas dentre eles se destaca uma publicação da 23ª edição do jornal *Lampião da Esquina* (jornal de distribuição nacional, voltado para temas LGBT), em uma matéria dedicada a traçar roteiros de lugares para “entendidos” em diferentes cidades, dentre elas a capital mineira. Neste texto, o autor Antônio Moreira nos ajuda a ter um panorama (talvez um pouco exagerado, como aponta Ferraz, mas ainda bem interessante) do cenário de circulação e ocupação lésbica da cidade, como no trecho:

Atenção mulheres, Belô é todinha de vocês. Tá transbordando de lésbicas por todos os lados. Podem badalar a vontade, pois as opções de lazer são imensas, e em todo lugar entendido, tá assim de lésbicas, sapatões, tamanquinhos, fanchas... Para cada três lésbicas você encontra uma bicha e meia. (Moreira, 1980 *apud* Ferraz, 2021, p. 120).

Com este levantamento em mãos, produzi um mapa²² da cidade (Ver Figura 7), onde estão demarcados lugares de socialização (bares, botecos, boates, casas culturais) ocupados por lésbicas ao longo dos últimos 50 anos, sendo alguns deles voltados para o público lésbico, outros que apenas foram ocupados sistematicamente por esses grupos. Há também neste mapa os lugares que cumpriram com este papel, mas que já fecharam ou foram desocupados por estes grupos. Dois locais desta lista - a Casa Azul do DCE e o Brejo das Sapas - por sua vez, são pontos de mobilização política sapatona, rodas de conversa, oficinas, saraus lésbicos e afins. No mapa também estão destacados dois lugares da cidade - Bar da Cacia e Barkana - que não fecharam e algumas sapatonas ainda frequentam, mas que foram em grande parte abandonados por conta de uma apropriação de grupos heterossexuais do local. Além disso, há também duas rotas demarcadas no espaço da cidade, sendo elas: o caminho anualmente percorrido pela Caminhada das Lésbicas e Bissexuais de Belo Horizonte, em sua 18ª edição em 2022; e a rota da Truck do Desejo, o bloco de carnaval lésbico que inaugurou em 2019 seu cortejo e reúne centenas de lésbicas, sapatonas, bissexuais e associades. Nesse mapa-protótipo, os pontos e rotas (ao contrário de nossas ruas, monumentos, praças, viadutos) são representantes materiais de lesbianidades urbanas belorizontinas.

²¹ A precursora deste movimento no estado foi a Associação Lésbica de Minas Gerais (ALEM), que é o foco da pesquisa de Ferraz, onde a autora analisa esta organização que existiu enquanto movimento de luta de 1998 a 2014 e cuja principal fundadora foi a ativista Soraya Menezes. Como aponta a autora: “Com a virada para os anos 1990, o crescimento dos números de ONGs voltadas para as pautas LGBTs, as mudanças políticas nacionais e o surgimento do Seminário Nacional de Lésbicas, os caminhos começaram a ser abertos para a consolidação do movimento lésbico em Minas Gerais” (Ferraz, 2021, p. 114)

²² [Link do Mapa](#). **Lugares levantados:** Bar Banzai; Yanã Bar; Gis Mais; Villa Paraty; Liberty Hall; Bar da Cácia; Anexo do Mercado; Praça Raul Soares; Gaby Bar; Brejo Das Sapas; Barkana; URSAL Praia; Zona Last; Antiga Ocupação do CAD 2; Casa Azul DCE UFMG; Chica da Silva; Boate Nostro Mondo; Bar do Jorge; Bar Marrom Glacê. **Rotas:** Caminhada das lésbicas e bissexuais de Belo Horizonte e Truck do Desejo.

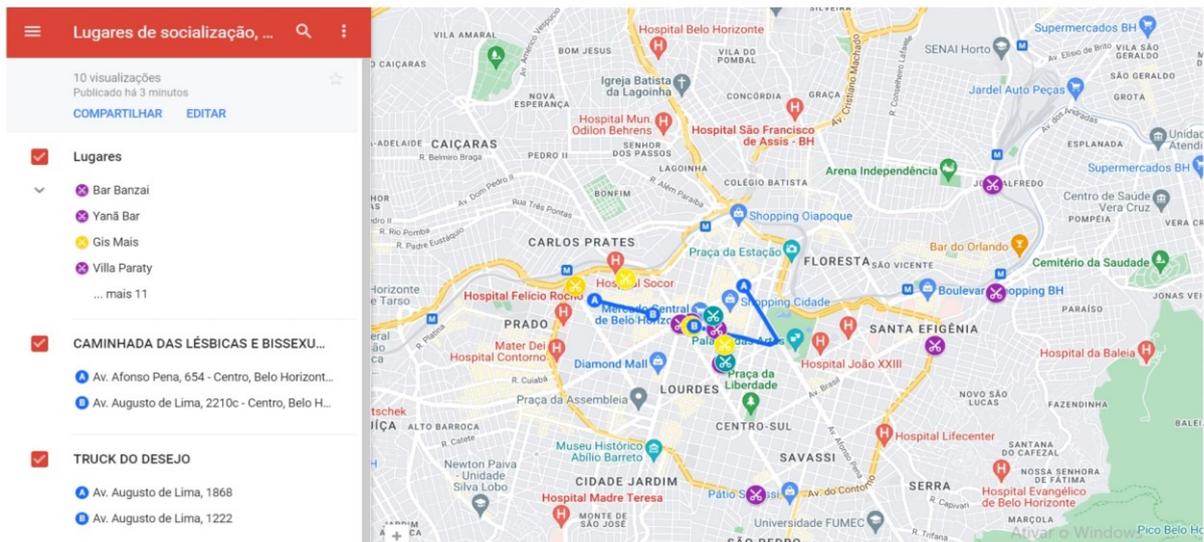


Figura 7. Print do mapa “Lugares de socialização, ativismo e memória lésbica” de Belo Horizonte (Fonte: Acervo pessoal).

Um ponto interessante, acerca destes locais mapeados, é que eles se concentram majoritariamente na área central da cidade e em seus arredores (onde se localiza a parte mais boêmia da cidade e o polo de atividades culturais), fenômeno que também foi observado por Maria Ferraz (2021) em sua análise do histórico de movimentos e grupos lésbicos da cidade e de registros como a reportagem do Lampião da Esquina. Como destaca a autora,

“Embora isso possa significar a invisibilidade das áreas de lazer localizadas nas periferias de Belo Horizonte, também reflete os/as sujeitos/as históricos/as envolvidos nas narrativas sobre as vivências LGBTs na cidade. Como Jornal lido, majoritariamente, por pessoas dos estratos econômicos médios, é compreensível que os roteiros, embora retratassem os “guetos” homossexuais, façam referência a espaços que podem ser acessados mais facilmente por quem circula pelas áreas centrais no momento de lazer. É necessário ressaltar, entretanto, que nem todos os locais inseridos na região Centro-Sul eram frequentados somente pelas classes médias ou altas. Zonas boêmias da cidade, como a região nos arredores da Rodoviária de Belo Horizonte, historicamente têm circulação de pessoas dos mais diversos grupos socioeconômicos. (Ferraz, 2021, p. 121 e 122).

É relevante destacar, ainda, que nenhum destes lugares ou rotas que mapeei tem um reconhecimento institucional ou oficial.

A segunda iniciativa (ver Figura 8)²³, por sua vez, é uma pequena videoperformance, na qual registrei minha ida ao número 127 da rua Martinho Prado, minha entrada no estabelecimento que hoje funciona no antigo espaço do Ferro’s Bar, meus percursos (sondagens) nos entornos do prédio, em busca vestígios lésbicas pela paisagem, e a realização de uma (singela) intervenção nas paredes do (hoje) vestuário da Famiglia Mancini: a colagem da impressão da placa de sinalização do Ferro’s, produzida pelo laboratório “Outros Urbanismos”.

²³ Acesso à video-performance completa [aqui](https://floravillascf.wixsite.com/acervo-digital---sto). Mais imagens podem ser conferidas também no acervo digital fotográfico que criei para reunir os materiais visuais destes dois lugares de memória em suas diferentes épocas: <https://floravillascf.wixsite.com/acervo-digital---sto>.

Minha placa-papel, de duração limitada pela vida da cidade, encontrou um quase vazio de artefatos lésbicos naquele espaço e suas redondezas. Quase, pois ali no cantinho de um poste, escondido por trás de um emaranhado de fios, acho um adesivo rosa (ver Figura 8), onde se lê “Resistência Lésbica”, logo acima de uma imagem da capa do boletim chanacomchana que narra o episódio do Ferro’s Bar. Torço para que, juntos, estes artefatos se multipliquem!



Figura 8. À esquerda: Fachada do estabelecimento atual no lugar que antes sediava o Ferro’s Bar, com placa de sinalização, em 2022/ Ao centro: Adesivo “Resistência Lésbica” colado em poste à frente do antigo bar/ À direita: QrCode para acesso à videoperformance (Fonte: Acervo Pessoal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final destas duas histórias, penso que algumas questões cabem serem destacadas. A primeira delas é que comparar estas duas experiências de políticas da memória LGBTQIA+, através do reconhecimento e preservação (ou não) de lugares relevantes da história de resistência destes grupos, nos permite ver como o Brasil ainda carece amplamente de um tratamento adequado à criação destas narrativas memoriais. Por outro lado, é interessante refletir acerca de como nos últimos dois anos este cenário de apagamento vêm se alterando, especialmente por meio de iniciativas de coletivos autônomos ou da movimentação destes coletivos em parceria com museus e memoriais que se fundam na produção e preservação de “memórias marginais”, resistentes e plurais. Pouco a pouco, novas cartografias, registros e reconhecimentos vão nascendo, novos modos e perspectivas de encarar as cidades e de construir espaços de memória que levem em conta a história lésbica e LGBTQIA+ no Brasil. Por enquanto essas cartografias, sinalizações e mapeamentos estão apenas na internet, ocupando as paisagens tecnodigitais, constituindo-se de materialidades, espacialidades e arquiteturas virtuais. No entanto, para que se transporte essas cidades outras para dentro das nossas – físicas – é preciso primeiro que se considere a relevância histórica, política e social desses lugares de memória e socialização lésbica e LGBTQIA+.

Um bom caminho para que isso ocorra é através de um comprometimento político da Arqueologia em pesquisar estes lugares e auxiliar na preservação e construção narrativa desses locais lésbicos. Para tal, os saberes e fazeres arqueológicos nesses espaços devem estar amparados por uma base sólida de engajamento

antipatriarcal, decolonial, anticapitalista e antifascista. Por sorte (mas não por acaso), este movimento vem sendo crescentemente construído e trilhado na arqueologia brasileira, por/em diversas linhas, dentre as quais pelo menos três podem ser bastante potentes para que sejamos capazes de lidar com as materialidades de contextos como estes que apresentei: as arqueologias queer, por seu olhar interseccionado para a materialidade e as memórias de grupos e corpos cujas identidades de gênero, sexualidade e performances são contra-hegemônicas; as arqueologias feministas brasileiras (Ribeiro, 2017a, 2017b; Furquim & Jacomé, 2019; Pagnossi, 2017), que nos apontam e conclamam a explorar possibilidades de pesquisas engajadas e comprometidas com os feminismos múltiplos, a decolonialidade epistemológica e as pautas e disputas políticas destes movimentos no país; e a Arqueologia da Repressão e da Resistência, em especial por seu engajamento político intrínseco, tal como seu amplo repertório para construção de memórias materiais da violência e narrativas resistentes dadas no diálogo com materialidades marginais e silenciadas.

Por fim, termino este ensaio da única maneira possível: retomando uma memória. A memória de Rosely Roth, ativista lésbica, fundadora do GALF, do chanacomchana e uma das grandes responsáveis pelo levante do Ferro's, que cometeu suicídio aos 31 anos de idade, em 1990. Rosely, Presente!

REFERÊNCIAS

- Agência Todas. (2020, Jun 23). Conheça o 'Stonewall' brasileiro, o levante liderado por lésbicas e apoiado por feministas. Recuperado em <https://pt.org.br/conheca-o-stonewall-brasileiro-o-levante-liderado-por-lesbicas-e-apoiado-por-feministas/>
- Anzini, V. B. (2021). Gêneros perdidos: por uma arqueologia transfeminista. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 9(1), 345-369.
- Baretta, J. R. (2014). Arqueologia da repressão e da resistência e suas contribuições na construção de memórias. *Revista Arqueologia Pública*, 8(2 [10]), 76-89.
- Baretta, J. R. (2017). Por uma Arqueologia Feminista da ditadura no Brasil (1964-1985). *Revista de Arqueologia*, 30(2), 08-34.
- BBC News. (2019, Jun 10). 50 anos de Stonewall: saiba o que foi a revolta que deu origem ao dia do orgulho LGBT. Recuperado em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/01/50-anos-de-stonewall-saiba-o-que-foi-a-revolta-que-deu-origem-ao-dia-do-orgulho-lgbt.ghtml>
- Benedito, M. (2013, Mai 08). De bar em bar XXIV: Ferro's Bar. Recuperado em <https://blogdaboitempo.com.br/2013/05/08/de-bar-em-bar-xxiv-ferros-bar/>
- Borges, T. (2020, Jul). O Levante ao Ferro's Bar: A história não contada do 'Stonewall' brasileiro. Recuperado em <https://www.nossoamorexiste.com.br/2020/07/o-levante-ao-ferros-bar-a-historia-nao-contada-do-stonewall-brasileiro/>
- Brickmann, C. (1983). A noite em que as lésbicas invadiram seu próprio bar. In: Um outro olhar. (2018, Ago 17). 19 de Agosto: Primeira Manifestação lesbiana contra a discriminação no Brasil. Recuperado em <http://www.umoutroolhar.com.br/2018/08/19-de-agosto-primeira-manifestacao-lesbiana-contra-discriminacao-no-brasil.html>
- Butler, J. (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Canal das Bee. (2018, Ago 20). O que aconteceu ontem - o Stonewall Brasileiro. Recuperado em <https://www.youtube.com/watch?v=RazLyj0rVh8>
- Canal USP. (2018, Ago 9). LGBTs no Regime Militar, as Lésbicas Feministas. Recuperado em: <https://www.youtube.com/watch?v=W1R4NVtOZ2s>
- Carvalho, K. (2019, Jun 9). Chanacomchana: Conheça a história do Stonewall brasileiro. Recuperado em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/cultura/chanacomchana-conheca-a-historia-do-stonewall-brasileiro>
- Colaço, R. (2019, Abr 5) Operação Sapatao, Richetti 15 nov 1980. Memória/História MHBMLGBT. Recuperado em: <memoriamhb.blogspot.com.br/2009/04/operacao-sapatao-richetti-15-nov-1980.html>
- Comulher. (2012, Jul 3) [1982]. FRANCHIA com FRANCHIA - Música. Recuperado em: <https://www.youtube.com/watch?v=9aqlNoUqpc>
- Esqrever. (2019, Mai 31) Pioneiras Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera terão monumento em nova iorque. Recuperado em: <https://esqrever.com/2019/05/31/pioneiras-marsha-p-johnson-e-sylvia-rivera-terao-monumento-em-nova-iorque/>
- Fernandes, M. (2014). Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. GREEN, James; QUINALHA, Renan. Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos, EDUFSCAR, 125-148.
- Fernandes, N. (2019, Jun 25). Revolta de Stonewall: tudo sobre o levante que deu início ao movimento LGBTQ+. Recuperado em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/06/revolta-de-stonewall-tudo-sobre-o-levante-que-deu-inicio-ao-movimento-lgbt.html>
- Ferraz, M. C. (2021). Em busca da visibilidade: O movimento das mulheres lésbicas em Belo Horizonte (1998-2014) [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense].
- Fior, A. C. & Comolatti, G. (2018, Ago 10). FERRO'S BAR. Recuperado em <http://outrosurbanismos.fau.usp.br/lugares-memoria-lgbt-sao-paulo/ferros-bar/>
- Foucault, M. (2014) [1975]. Vigiar e punir. Leya.
- França, F. S. (2020, Ago 20). Orgulho Lésbico: A memória da revolta do Ferro's Bar e reflexões para as lésbicas do presente. Recuperado em: <https://ieg.ufsc.br/noticias/3030>
- Furquim, L., & Jácome, C. (2019). Teorias de gênero e feminismos na arqueologia brasileira: do dimorfismo sexual à primavera queer. Revista Arqueologia Pública, 13(1), 255-279.
- G1. (2015, Jun 26); Suprema Corte dos EUA aprova o casamento gay em todo o país. 2015. Recuperado em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/suprema-corte-dos-eua-aprova-o-casamento-gay-nacionalmente.html>
- GALF. (1983) Ferro's bar: dia 19 de agosto, uma vitória contra o preconceito. Boletim ChanaComChana, (4) 1-3.
- Garcia, M. (2016, Ago 30). Um trequinho da história escondida na ditadura, um trequinho sobre o que era ser lésbica no regime militar. 2016. Recuperado em: <https://www.facebook.com/marina.garcia.dam/videos/1378705835476952/>
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos pagu, (5), 7-41.

- Hartemann, G. (2019). Nem ela, nem ele. Por uma arqueologia (trans*) além do binário. *Revista de Arqueologia Pública: Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia Pública de Unicamp*, 13(1), 99-115.
- [Hotakainen, R.](#) (2019, Jun 24). Emails show scramble to dump Stonewall pride flag: 'Oy vey'. 2019. Recuperado em: <https://www.eenews.net/stories/1060650425>
- Lemos, C. (2016). Construindo “memórias materiais” da ditadura militar: Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil. *Revista de Arqueologia*, 29(2), 68-80.
- Lessa, P. (2008). Visibilidade e Ação Lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e boletim Chanacomchana. *Revista Gênero*, 8(2).
- Mbembé, J. A., & Meintjes, L. (2003). Necropolitics. *Public culture*, 15(1), 11-40.
- Moreira, A. C. (1980, abril). Escolha o seu roteiro. *Lampião da Esquina*, 23 (1), 14-15. Recuperado em <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/4542/27-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-23-ABRIL-1980.pdf>
- Northeast Region Archeology Program. (2019, Jun 28a). Finding brick at an archeological site normally means one thing—you’ve found a structure. Recuperado em: <https://www.facebook.com/NortheastRegionArcheology/posts/862498594133428>
- Northeast Region Archeology Program. (2019, Jun 28b). Archeologists often recover imitation gems like paste jewels and rhinestones. 2019, a. Recuperado em: <https://www.facebook.com/NortheastRegionArcheology/posts/862529564130331>
- Oliveira, L. F. (2017a). Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). *Revista Periódicus*, 1(7), 06-19.
- Oliveira, L. F. (2017b). Lésbicas pela democracia brasileira: resistências na Ditadura Militar e atualidade. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress, Florianópolis, 2017.
- Paiva, R. (2014). Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. In: Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Tomo I, Parte II. Textos temáticos. (2)7 Brasília, DF.
- Parks, Recreation and Historic Preservation. (2016, Jul 1). Stonewall Inn State Historic Site. Recuperado em <https://parks.ny.gov/historic-sites/stonewallinn/details.aspx>
- Pereira, J. (2019, Jun 28). Levante ao Ferro’s Bar: o Stonewall brasileiro. Recuperado em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/levante-ao-ferros-bar>
- Reuss, E. D. (2001, Jan 31) [1999]. The Raided Premises. Recuperado em: https://www.nycop.com/Jun_99/The_Raided_Premises/body_the_raided_premises.html
- Ribeiro, L. (2017a). Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. *Revista de Arqueologia*, 30(1), 210-234.
- Ribeiro, L. (2017b). Dossiê Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil: uma apresentação. *Revista de Arqueologia*, 30(2), 03-07.
- Savastano, L. B. (2020, Ago 19) Tem sapatão na cidade. 2020. Recuperado em: <https://tsquad.com.br/mulheres-na-historia/tem-sapatao-na-cidade/>
- Sigbi. (2017, Abr 17). The Stonewall Inn. Recuperado em: <https://thestonewallinnnyc.com/>

- Silveira, Maria Leão de Aquino. (2017, Ago 20) Caçando purpurinas. In: Acervo Bajubá. Recuperado em: <https://acervobajuba.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Texto-visibilidade-le%cc%81sbica-acervo-bajuba%cc%81.pdf>
- Silveira-Barbosa, P., & Coutinho, G. (2019). Lésbicas e o combate às discriminações nas páginas do boletim ChanaComChana. Revista Trilhas da História, 8(16), 97-118.
- Springate, M. E. (2016) LGBTQ America: A Theme Study of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer History, Washington, DC: National Park Foundation.
- Stonewall National Monument. (2018, Fev 20). LGBTQ Activism: The Stonewall Inn, New York City, NY. 2018. Recuperado em: <https://www.nps.gov/articles/lgbtq-activism-stonewall-inn-new-york-city-ny.htm>
- Terra. (2013, Jan 22) Em discurso de posse, Obama louva avanços em direitos para gays. Recuperado em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/em-discurso-de-posse-obama-louva-avancos-em-direitos-para-gays.html>
- The Obama White House. (2016, Jun 24). Announcing the Stonewall National Monument. Recuperado em: <https://www.youtube.com/watch?v=ywtyJyXDWkk>
- Tosi, M. (2019, Ago 19). 19 de agosto: Dia Nacional do Orgulho Lésbico. Recuperado em: <https://medium.com/@tosi.marcela/19-de-agosto-dia-nacional-do-orgulho-l%C3%A9sbico-8c11223d471f>
- Wikipedia. (2015, Out 23) Stonewall Inn. Recuperado em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Stonewall_Inn
- Zarankin, A., & Niro, C. (2008). A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83). In: Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980). São Paulo: Annablume.